

**Disciplina: Introdução ao Conhecimento Científico do Direito e do Estado**

**Código: DIT 074 | Departamento: Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito**

**Carga horária total: 60 h/a | Créditos: 04 | Período: 1º**

**Ementa**

Introdução ao Direito e ao Estado. Direito, sociedade e Estado. Introdução ao Ordenamento Jurídico. Fontes do Direito. Enciclopédia jurídica.

**Unidades de Ensino**

**Unidade I – Propedêutica**

- 1.1. Senso comum, conhecimento científico e conhecimento filosófico.
- 1.2. Ciência do Direito e Ciência do Estado.

**Unidade II – Direito, Estado e Sociedade.**

- 2.1. O Direito do Estado.
- 2.2. O Estado do Direito.
- 2.3. Perspectivas contemporâneas da relação entre Direito e Estado.

**Unidade III – Introdução à Teoria do Direito**

- 3.1. Conceito e concepções de Direito.
- 3.2. Teorias da Norma Jurídica.
- 3.3 Teorias do Ordenamento Jurídico.

**Bibliografia básica** – Preferencialmente as edições mais recentes

BOBBIO, Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. Brasília: UnB, 2000.

BOBBIO, Norberto. *Teoria da Norma Jurídica*. Bauru: Edipro, 2003.

CABRAL DE MONCADA, L. *Filosofia do direito e do estado. V. 1- Parte Histórica*. Coimbra: Coimbra Editora, 1995.

**Bibliografia complementar** – Preferencialmente as edições mais recentes

BILLIER, Jean-Cassien, MARYIOLI, Hágale. *História da Filosofia do Direito*. Trad. Maurício de Andrade. São Paulo: Manole, 2005.

KELSEN, Hans. *Teoria Geral do Direito e do Estado*. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LARENZ, Karl. *Metodologia da ciência do direito*. Trad. José Lamego. 3 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

RADBRUCH, Gustav. *Filosofia do Direito*. Tradução de L. Cabral de Moncada. 6. ed. Coimbra: Armênio Amado, 1997.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A Idéia de justiça em Kant; seu fundamento na Liberdade e na igualdade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

**Disciplina: Modernidade e Mudança Social**

**Código: SOA 050 | Departamento: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

**Carga horária total: 60 h/a**

**Créditos: 04**

**Período: 1º**

**Ementa**

Conceitos Fundamentais no estudo da mudança; Progresso e Mudança Social; Modernidade e além da Modernidade.

**Unidades de Ensino**

**Unidade I - MODERNIDADE E MUDANÇA SOCIAL: CONCEPÇÕES ESTRUTURAIAS**

- 1.1 Durkheim e a divisão do trabalho social
- 1.2 Marx e o capitalismo
- 1.3 Weber e os processos de racionalização
- 1.4 Norbert Elias e o processo civilizador
- 1.5 Giddens e a modernidade
- 1.6 Foucault e a crítica do poder

**Unidade II - MODERNIDADE E MUDANÇA SOCIAL: TEMAS ATUAIS**

- 2.1 Trabalho e organização econômica no mundo contemporâneo
- 2.2 Estado, cidadania e representação
- 2.3 Justiça, desigualdade, violência e criminalidade
- 2.4 Minorias culturais, preconceito e luta
- 2.5 Justiça, desigualdade e criminalidade
- 2.6 Gênero, raça e desigualdade
- 2.7 Cultura e globalização
- 2.8 Indústria cultural, ideologia e consumo
- 2.9 Cultura, ecologia, sustentabilidade
- 2.10 Movimentos sociais, política e luta
- 2.11 Sociologia brasileira, tradição e mudança

**Bibliografia básica** - Preferencialmente as edições mais recentes

DOMINGUES, José Maurício. *Sociologia e modernidade. Para entender a sociedade contemporânea*.

ELIAS, Norbert. *Mudanças no padrão europeu de comportamento no século XX*. In: *Os alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Os corpos dóceis*. In: \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2009.

GIDDENS, Anthony. *Consequências da Modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

SIMMEL, Georg. *A metrópole e a vida mental*. VELHO, Otávio. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

**Bibliografia complementar** – Preferencialmente as edições mais recentes

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. In: *Coleção Os Pensadores*, São Paulo: Abril Cultural, 1973.

GIDDENS, Anthony. *Da transformação da intimidade à política vital*. In: \_\_\_\_\_. *Conversas com Anthony Giddens*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MARX, K., ENGELS, F. *O manifesto comunista*. Petrópolis: Vozes, 2010

SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: Intelectuais, artes e meios de comunicação*. São Paulo: Edusp, 2005.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora Pioneira, 1999.

**Disciplina: Oficina de Textos em Língua Port.: Leitura e Produção de Textos**

**Código: UNI003 | Departamento: Faculdade de Letras**

**Carga horária total: 60 h/a**

**Créditos: 04**

**Período: 1º**

### **Ementa**

Nesta oficina pretende-se desenvolver várias habilidades de escrita e de leitura de gêneros textuais importantes no âmbito acadêmico como esquema, resumo, resenha, projeto e relatório de pesquisa, bem como discutir e refletir vários aspectos da língua portuguesa, relevantes para a lide com esses textos. Serão produzidos textos de vários gêneros acadêmicos na modalidade escrita, visando o aprimoramento da textualidade e de aspectos da norma culta que se fizerem necessários.

### **Unidades de Ensino**

Conteúdo Programático (unidades e subunidades)

**Unidade I** - Leitura e produção de:

- 1.1 Esquema
- 1.2 Resumo
- 1.3 Resenha
- 1.4 Projeto de pesquisa
- 1.5 Relatório de pesquisa

**Unidade II** - Análise de aspectos relativos à textualidade de gêneros acadêmicos.

**Unidade III** - Produção, análise e reescrita de gêneros acadêmicos.

### **Bibliografia básica** - Preferencialmente as edições mais recentes

COSTA VAL, M. da Graça. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GARCIA, Othon M. *Comunicação e prosa moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.

SOUZA, Wander E. *A fórmula do Texto. Redação, argumentação e leitura*. Belo Horizonte: Geração Editorial, 2005.

### **Bibliografia complementar** – Preferencialmente as edições mais recentes

FULGÊNCIO, L. e LIBERATO Y. *É possível facilitar a leitura*. São Paulo: Contexto, 2007.

KOCH, I. V. e TRAVAGLIA, L. C. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.

MACHADO, Anna Rachel, LOUSADA, Eliane, ABREU-TARDELLI, Lilia Santos. *Planejar gêneros acadêmicos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MACHADO, Anna Rachel, LOUSADA, Eliane, ABREU-TARDELLI, Lilia Santos. *Resumo*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MACHADO, Anna Rachel, LOUSADA, Eliane, ABREU-TARDELLI, Lilia Santos. *Resenha*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MARCUSCHI, L. A. *Gêneros Textuais: definição e funcionalidade*. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Raquel, BEZERRA, M. Auxiliadora. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36

**Disciplina: Introdução ao Estado Contemporâneo**

**Código: DIP 200 | Departamento: Direito Público**

**Carga horária total: 60 h/a**

**Créditos: 04**

**Período: 2º**

**Ementa**

Introdução à história do pensamento político. Teoria da democracia. Formas políticas. Estado de Direito e seus paradigmas.

**Unidades de Ensino**

**Unidade 1 – Uma introdução à história do pensamento político**

- 1.1 - Da relação entre presente, passado e futuro na história política antiga e moderna
- 1.2 - Da teoria e do método de determinação dos tempos históricos
- 1.3 - Por uma história da experiência política
- 1.4 - Periodização: história moderna e contemporânea?

**Unidade 2 – Estado de Direito e seus paradigmas**

- 2.1 - A formação histórica do conceito moderno de Estado
- 2.2 - O Estado de Direito e seus paradigmas
- 2.3 - Crítica e crise: o Estado entre reforma e revolução
- 2.4 - A formação do Estado brasileiro contemporâneo
- 2.5 - Estado e nação na América Latina

**Unidade 3 – Formas Políticas e Teorias da Democracia**

- 2.1 - Teoria das Formas Políticas
- 2.2 - Democracia antiga e moderna
- 2.3 - O debate contemporâneo sobre a democracia

**Bibliografia básica – Preferencialmente as edições mais recentes**

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade*. Para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DOMINGUES, José Maurício. *A América Latina e a modernidade contemporânea*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SORJ, Bernardo. *A nova sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

**Bibliografia complementar – Preferencialmente as edições mais recentes**

ANASTASIA, Fátima e AVRITZER, Leonardo (orgs.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

KOSSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto e PUC Rio, 2006.

KOSSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: EDURJ, Contraponto, 1999.

MELO, Carlos Ranufo e SÁEZ, Manuel Alcântara (orgs.) *A democracia brasileira*. Belo Horizonte, UFMG, 2007.

OLIVEIRA, Manfredo, AGUIAR, Odílio Alves e SAHD, Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva (orgs.) *Filosofia política contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 2003.

WERLE, Denílson Luis e MELO, Rúrion Soares (orgs.) *Democracia deliberativa*. São Paulo: Esfera Pública, 2007.

**DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À GOVERNANÇA SOCIAL****CÓDIGO: DIP 201****Departamento: Direito Público****Carga horária total: 60 H/AULA****CRÉDITOS: 04****PERÍODO: 2****EMENTA**

Formas de Governança. Crise e reforma do Estado e Governança Social. Governança Social como estratégia de Estado. Governança Social e Terceiro Setor. Governança Social e Organizações/Movimentos da Sociedade Civil.

**UNIDADES DE ENSINO****Unidade I - A GOVERNANÇA SOCIAL COMO ESTRATÉGIA DE ESTADO**

- 1.1. O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO PÓS-PROVIDÊNCIA
- 1.2. A TEORIA DEMOCRÁTICA E A CRISE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA
- 1.3. A idéia de governança social na Teoria de Habermas
- 1.4. A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA AP DEMOCRÁTICA
- 1.5. NOÇÕES DE CONTROLE SOCIAL
- 1.6. O TERCEIRO SETOR ENQUANTO PRODUÇÃO

**Unidade II - CONCEITO DE GOVERNANÇA SOCIAL**

- 2.1. ALGUMAS IDÉIAS INICIAIS FUNDAMENTAIS
  - 2.1.1 Público não-estatal
  - 2.1.2 ONG
  - 2.1.3 Terceiro Setor
  - 2.1.4 Modelo burocrático
  - 2.1.5 Accountability
- 2.2. A IDÉIA DE GOVERNANÇA
  - 2.2.1 Governance
  - 2.2.2 Governança e Governabilidade
  - 2.2.3 Governança e Governo
  - 2.2.4 A Governança como estratégia de Estado
- 2.3. GOVERNANÇA CORPORATIVA e GOVERNANÇA GLOBAL
- 2.4. FORMAS DE GOVERNANÇA SOCIAL

**Unidade III - CRISE E REFORMA DO ESTADO E GOVERNANÇA SOCIAL**

- 3.1. A CRISE DE INGOVERNABILIDADE
- 3.2. A CRISE DE EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA
  - 3.2.1 A crise da lei
  - 3.2.2 A administração pública gerencial e a administração pública burocrática
    - 3.2.2.1 Modelo burocrático de Administração Pública
    - 3.2.2.2 A insuficiência dos controles hierárquicos
    - 3.2.2.3 Administração pública gerencial
    - 3.2.2.4 Controle sobre atividade e a eficiência administrativa
  - 3.2.3.1 Uma administração pública mais democrática
  - 3.2.3.2 A ampliação de margens discricionárias
    - 3.2.3.2.1 Accountability
    - 3.2.3.2.2 Flexibilização Responsável
  - 3.2.4.1 "Procedimentalização"
  - 3.2.4.2 O ocaso da administração pública imperativa e a administração pública consensual
  - 3.2.4.3 O ato administrativo autoritativos e a consensualidade
- 3.3 A CRISE INSTITUCIONAL
  - 3.3.1 Organização Administrativa no Estado Liberal
  - 3.3.2 Organização Administrativa em um modelo social de Estado
  - 3.3.3 TENTATIVAS DE REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
  - 3.3.4 REFORMAS ADMINISTRATIVAS NO BRASIL

## **Unidade IV - GOVERNANÇA SOCIAL E ORGANIZAÇÕES/MOVIMENTOS DA SOCIEDADE CIVIL**

- 4.1. A SOCIEDADE CIVIL
- 4.2. A IDÉIA CONTEMPORÂNEA DE SOCIEDADE CIVIL
- 4.3. A SOCIEDADE CIVIL E OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS
- 4.4. A ESTRATÉGIA DESENVOLVIMENTISTA SOCIOCÊNTRICA
- 4.5. ASSOCIATIVISMO LOCAL
- 4.6. ARTICULAÇÕES INTER-ORGANIZACIONAIS
- 4.7. MOBILIZAÇÕES E REDES DE MOVIMENTO
- 4.8. AS NOVAS FORMAS DE GOVERNANÇA NAS REDES ASSOCIATIVAS

### **Bibliografia básica** – Preferencialmente as edições mais recentes

- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Parcerias na Administração Pública*. São Paulo: Atlas, 2011 8.ed.
- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Mutações do direito público*. Rio de Janeiro: renovar, 2006.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter. *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- SUNDFELD, Carlos Ari. *Direito Administrativo Ordenador*. São Paulo: Malheiros, 1993.

### **Bibliografia complementar** – Preferencialmente as edições mais recentes

- CHEVALLIER, Jacques. *O Estado Pós-Moderno*. Trad. Marçal Justen Filho. Belo Horizonte: Fórum, 2009.
- DIAS, MARIA Tereza Fonseca. *Direito administrativo pós-moderno? Novos paradigmas do Direito Administrativo no estudo da relação entre o Estado e a sociedade*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.
- MEDAUAR, Odete. *Direito Administrativo em evolução*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Sociedade, Estado e administração pública: perspectivas visando ao realinhamento constitucional*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; GRAU, Nuria Cunill. *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

**Disciplina: História e Teoria da Constituição Brasileira**

**Código: DIP 202 | Departamento: Direito Público**

**Carga horária total: 60 h/a**

**Créditos: 04**

**Período: 2º**

**Ementa**

Introdução ao fenômeno constitucional e ao constitucionalismo. Ciclos constitucionais brasileiros e seus pressupostos históricos, políticos, sociais, econômicos e jurídicos: 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988.

**Unidades de Ensino**

**Unidade I – Introdução ao fenômeno constitucional e ao constitucionalismo**

- 1.1. Paradigmas de constitucionalismo
- 1.2. Fundamentos da Democracia constitucional

**Unidade II – A Constituição de 1824**

- 2.1. Pressupostos históricos, políticos, sociais, econômicos e jurídicos
- 2.2. Paradigma de Estado e suas transformações
- 2.3. Paradigma dos Direitos fundamentais e suas transformações

**Unidade III – A Constituição de 1891**

- 3.1. Pressupostos históricos, políticos, sociais, econômicos e jurídicos
- 3.2. Paradigma de Estado e suas transformações
- 3.3. Paradigma dos Direitos fundamentais e suas transformações

**Unidade IV – A Constituição de 1934**

- 4.1. Pressupostos históricos, políticos, sociais, econômicos e jurídicos
- 4.2. Paradigma de Estado e suas transformações
- 4.3. Paradigma dos Direitos fundamentais e suas transformações

**Unidade V – A Constituição de 1937**

- 5.1. Pressupostos históricos, políticos, sociais, econômicos e jurídicos
- 5.2. Paradigma de Estado e suas transformações
- 5.3. Paradigma dos Direitos fundamentais e suas transformações

**Unidade VI – A Constituição de 1946**

- 6.1. Pressupostos históricos, políticos, sociais, econômicos e jurídicos
- 6.2. Paradigma de Estado e suas transformações
- 6.3. Paradigma dos Direitos fundamentais e suas transformações

**Unidade VII – A Constituição de 1967**

- 7.1. Pressupostos históricos, políticos, sociais, econômicos e jurídicos
- 7.2. Paradigma de Estado e suas transformações
- 7.3. Paradigma dos Direitos fundamentais e suas transformações

**Unidade VIII – A Constituição de 1988**

- 8.1. Pressupostos históricos, políticos, sociais, econômicos e jurídicos
- 8.2. Paradigma de Estado e suas transformações
- 8.3. Paradigma dos Direitos fundamentais e suas transformações

**Bibliografia básica – Preferencialmente as edições mais recentes**

BONAVIDES, Paulo e ANDRADE, Paes de. *História Constitucional do Brasil*. RJ: Paz e Terra, 1991.

CASTRO, Araújo. *A Constituição de 1937*. Brasília: Senado Federal, 2003.

SANTOS, Carlos Maximiliano Pereira dos. *Comentários à Constituição*

*Brasileira de 1891*. Brasília: Senado Federal, 2003.

VARELA, Alfredo. *Direito Constitucional Brasileiro* (Reforma das Instituições Nacionais). Brasília: Senado Federal, 2003.

**Bibliografia complementar** – Preferencialmente as edições mais recentes

ARINOS, Afonso. *O Constitucionalismo de D. Pedro I: no Brasil e em Portugal*. Brasília: Senado Federal, 2003.

AZEVEDO, José Afonso de Mendonça. *Elaborando a Constituição Nacional*. Brasília: Senado Federal, 2003.

CAVALCANTI, João Barbalho Uchôa. *Constituição Federal Brasileira* (1891). Brasília: Senado Federal, 2003.

FERREIRA, Waldemar Martins. *História do Direito Constitucional Brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 2003.

LEAL, Aurelino. *História Constitucional do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2003.



**Disciplina: Pensamento Jurídico-Político Brasileiro**

**Código: DIT 076 | Departamento: Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito**

**Carga horária total: 60 h/a**

**Créditos: 04**

**Período: 2º**

**Ementa**

Intérpretes da realidade brasileira: tradições comparadas. A brasilidade no pensamento de autores matriciais.

**Unidades de Ensino**

**Unidade I – “E acaso existirão os brasileiros?”.**

- 1.1. Identidade e nação
- 1.2. Identidade e povo
- 1.3. Identidade e Constituição

**Unidade II – Formação da Cultura Jurídica**

- 2.1. Bacharelismo e elitização do Direito
- 2.2. Formalismo Jurídico e Culturalismo Jurídico: horizontes ideológicos da cultura jurídica
- 2.3. Pluralismo Jurídico e inclusão social: novas perspectivas para o ensino do Direito e para a formação da cultura jurídica

**Unidade III – Formação da Cultura Política**

- 3.1. Patrimonialismo e o problema das relações público-privado
- 3.2. Mandonismo, coronelismo e clientelismo na cultura política brasileira
- 3.3. Culturas políticas alternativas e movimentos sociais

**Unidade IV – Os intérpretes matriciais e a crítica**

- 3.1. Gilberto Freyre: índios, negros e portugueses como matriz antropológica
- 3.2. Sergio Buarque de Hollanda: a dialética dos tipos sociais à brasileira
- 3.3. Caio Prado Júnior: formação da mentalidade econômica e bases materiais de produção

**Bibliografia básica** – Preferencialmente as edições mais recentes

- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense.
- REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil 2*. Rio de Janeiro: FGV.
- REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo. *Quem deve ser o guardião da Constituição: do Poder Moderador ao Supremo Tribunal Federal*. Belo Horizonte: Mandamentos.

**Bibliografia complementar** – Preferencialmente as edições mais recentes

- BOSCHI, R. R. (org.), *Corporativismo e Desigualdade. A Construção do Espaço Público no Brasil*. Rio de Janeiro, Iuperj/Rio Fundo Editora
- CURY, Vera de Arruda Rozo. *Introdução à formação jurídica no Brasil*. Campinas: Edicamp, 2002.
- FAORO, Raymundo *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo - Publifolha, 2000. 2vol. (Grandes nomes do pensamento brasileiro)
- FAUSTO, Boris (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel
- WOLKMER, Antonio Carlos *História do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2000 - a.
- WOLKMER, Antonio Carlos. *Fundamentos de História do Direito*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000 - b.

**Disciplina: História do Pensamento Econômico**

**Código: ECN 052 | Departamento de Ciências Econômicas**

**Carga horária total: 60 h/a**

**Créditos: 04**

**Período: 2º**

### **Ementa**

Fisiocracia. Economia política clássica. Teoria de K. Marx. Economia neoclássica. Macroeconomia Keynesiana. Desenvolvimentos recentes.

### **Objetivo**

Este curso tem como objetivo apresentar aos alunos uma visão abrangente das diferentes linhas teóricas existentes em Economia. Para tanto, o curso começa por discutir as principais características do pensamento econômico clássico. Em seguida, serão apresentadas as idéias mais marcantes da escola neoclássica e de algumas teorias econômicas mais recentes, incluindo a revolução Keynesiana e o Monetarismo

### **Unidades de Ensino**

#### **UNIDADE I - Introdução**

- 1.1 O que é economia?
- 1.2 A história das idéias econômicas

#### **UNIDADE II - A economia política clássica**

- 2.1 Idéias anteriores: a Fisiocracia
- 2.2 Adam Smith: divisão do trabalho, valor e distribuição
- 2.3 David Ricardo: valor-trabalho e distribuição
- 2.4 T. R. Malthus

#### **UNIDADE III - A Economia de K. Marx**

- 3.1 A Obra de Marx
- 3.2 Objetivo e Estrutura de O Capital
- 3.3 Resumo: a crítica ao capitalismo em O Capital de Marx

#### **UNIDADE IV - A Corrente Dominante em Teoria Econômica: o liberalismo no século XX**

- 4.1 M. Friedman
- 4.1 F. von Hayek

#### **UNIDADE V - A "Heterodoxia" no Século XX**

- 5.1 J. M. Keynes e a macroeconomia moderna
- 5.2 J.A. Schumpeter: progresso técnico e crescimento da economia
- 5.3 A "Teoria Francêsa da Regulação"

### **Bibliografia básica – Preferencialmente as edições mais recentes**

BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo*, 1780 – 1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COUTINHO, Maurício C. *Lições de economia política clássica*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

GORENDER, J., "Apresentação". In: MARX, K., *O Capital*, livro 1, São Paulo, Abril Cultural, Coleção "Os Economistas", 1983.

WEBER, Max. *História Geral da Economia*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

**Bibliografia complementar** – Preferencialmente as edições mais recentes

BACKHOUSE, Roger E. *História da economia mundial*. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

COUTINHO, M.C. *Marx: notas sobre a teoria do capital*, São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

HUNT, E. K. *História do Pensamento Econômico*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

NAPOLEONI, Claudio. *Smith, Ricardo e Marx*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

NAPOLEONI, Claudio. *O Pensamento Econômico do Século XX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WOOD, Ellen Meiksins. "A origem do capitalismo". Em: *A Origem do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WOOD, Ellen Meiksins. "Versões Históricas da Transição". Em: *A Origem do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

**Disciplina: Cidadania e Pessoaalidade**

**Código: DIC 081 | Departamento: Direito Civil e Comercial**

**Carga horária total: 60 h/a**

**Créditos: 04**

**Período: 3º**

**Ementa**

Dimensões privadas da cidadania, pessoaalidade e direitos personalíssimos.

**Unidades de Ensino**

**Unidade I - As Origens Históricas do Conceito de Pessoa e a Antiguidade Tardia.**

**Unidade II - Pessoa, Identidade e Corpo na Idade Média.**

**Unidade III - O Iluminismo Materialista: Pessoa e Corpo.**

**Unidade IV - A Construção do Conceito de Pessoa.**

**Unidade V - Democracia: Autonomia Pública, Privada e a Pessoa como Cidadã.**

**Unidade VI - Pessoa, Direitos da Personalidade e Direitos Fundamentais.**

**Unidade VII - O Direito ao Livre Desenvolvimento da Personalidade.**

**Unidade VIII - Direitos da Personalidade em Espécie.**

**Unidade IX - Pessoa e Identidade Pós-Nacional.**

**Unidade X - Problemas Atuais sobre Pessoa, Identidade, Corpo e Pessoaalidade.**

**Bibliografia básica** – Preferencialmente as edições mais recentes

CABRAL DE MONCADA, L. *Filosofia do direito e do estado*. V. 1- Parte Histórica. Coimbra: Coimbra Editora, 1995.

HABERMAS, Jürgen. *A Constelação Pós-Nacional: Ensaios Políticos* [Die postnationale Konstellation: Politische Essays]. Trad. Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

LE GOFF, Jacques & TRUONG, Uma História do Corpo na Idade Média [Une histoire du corps au Moyen Age]. Trad. Marcos Flamínio Peres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

STANCIOLI, Brunello. *Renúncia ao Exercício dos Direitos da Personalidade (Ou Como Alguém se Torna o que Quiser)*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

VAZ, Henrique C. L. *Antropologia Filosófica II*. São Paulo: Loyola, 1992.

**Bibliografia complementar** – Preferencialmente as edições mais recentes

CANARIS, Claus-Wilhelm. *Direitos Fundamentais e Direito Privado*. Trad. Ingo Wolfgang Sarlet e Paulo Mota Pinto. Coimbra: Almedina, 2003.

HABERMAS, Jürgen. *O Futuro da Natureza Humana: A Caminho da Eugenia Liberal?* [Die Zukunft der menschlichen Natur. Auf dem Weg zu einer liberalen Eugenik?] Trad. Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *A Constelação Pós-Nacional: Ensaios Políticos* [Die postnationale Konstellation: Politische Essays]. Trad. Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

SPAEMANN, Robert. *Persons: The Difference Between "Someone" and "Something"*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

TAYLOR, Charles. *Sources of the Self: the Making of the Modern Identity*. Cambridge: Harvard University Press, 1989©.

WILLIAMS, Bernard. *Problems of the Self*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

**Disciplina: Cidadania Política**

**Código: DIP 203** | **Departamento: Direito Público**

**Carga horária total: 60 h/a**

**Créditos: 04**

**Período: 3º**

**Ementa**

Dimensões políticas da cidadania. Direitos políticos. Participação popular no Estado

**Unidades de Ensino**

**Unidade 1 – Dimensões políticas da cidadania**

- 1.1 Cidadania política antiga e moderna
- 1.2 A construção da cidadania política no Brasil.

**Unidade 2 – Direitos políticos**

- 2.1 A luta por reconhecimento de direitos políticos
- 2.2 Os direitos políticos no Brasil contemporâneo

**Unidade 3 – Participação popular no Estado**

- 3.1 Instituições e instrumentos de representação política e de participação popular: política e direito comparados.
- 3.2 Representação política e participação popular no Brasil contemporâneo

**Bibliografia básica** – Preferencialmente as edições mais recentes

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 2 vol. Brasília: UnB.

DOMINGUES, José Maurício. *A América Latina e a modernidade contemporânea*. Belo Horizonte: UFMG.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro*. São Paulo: Vozes.

**Bibliografia complementar** – Preferencialmente as edições mais recentes

ARENDT, Hannah. *A promessa da política*. Rio de Janeiro: Difel.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. *Direito, política e filosofia*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

FIORANVATI, Maurizio. *Constitución: De la antigüedad a nuestros días*. Trad. Manuel Martínez Neira. Madrid: Trotta.

MELO, Carlos Ranufo e SÁEZ, Manuel Alcântara (orgs.) *A democracia brasileira*. Belo Horizonte, UFMG.

**Disciplina: Cidadania Social e Econômica**

**Código: DIP 204** | **Departamento: Direito Público**

**Carga horária total: 60 h/a**

**Créditos: 04**

**Período: 3.º**

**Ementa**

Igualdade, desigualdade e direitos sociais e econômicos. Dimensões econômicas da cidadania.

**Unidades de Ensino**

**Unidade 1 – Do Constitucionalismo Liberal ao Constitucionalismo Social**

- 1.1 A crise de legitimidade e de operacionalidade do Estado Liberal e a luta social e política por novos direitos
- 1.2 A redefinição dos direitos fundamentais no constitucionalismo social

**Unidade 2 – Direito, economia e justiça social no Estado Democrático de Direito**

- 2.1 As teorias econômicas do direito e da cidadania: uma introdução
- 2.2 Justiça social e igualdade no exercício de direitos
- 2.3 Justiça social, políticas públicas e garantia de direitos
- 2.4 Justiça social e democracia participativa

**Unidade 3 – Estado Democrático de Direito e direitos sociais e econômicos**

- 3.1 A interdependência entre os direitos fundamentais: dimensões da cidadania
- 3.2 As teorias dos direitos sociais e econômicos
- 3.3 Os direitos sociais e econômicos nas constituições brasileiras e no direito comparado

**Bibliografia básica** – Preferencialmente as edições mais recentes

- GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na constituição de 1988*. São Paulo: Malheiros.
- MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. *Direito Constitucional*. Belo Horizonte: Mandamentos.
- MELO, Carlos Ranufo e SÁEZ, Manuel Alcântara (orgs.) *A democracia brasileira*. Belo Horizonte, UFMG.

**Bibliografia complementar** – Preferencialmente as edições mais recentes

- COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; LIMA, Martonio Mont'Alverne de Barreto (orgs.) *Diálogos constitucionais: Direito, neoliberalismo e desenvolvimento em países periféricos*. Rio de Janeiro: Revonar.
- COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; BRANDÃO, Paulo; MEZZARROBA, Orides (orgs.) *Constituição e Estado Social: os obstáculos à concretização da Constituição*. Coimbra: Coimbra.
- NUNES, António José Avelãs. *Noção e objecto da economia política*. Coimbra: Almedina.
- OLIVEIRA, Manfredo, AGUIAR, Odílio Alves e SAHD, Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva (orgs.) *Filosofia política contemporânea*. Petrópolis: Vozes.
- SOUZA, Washington Albino Peluso de. *Teoria econômica da constituição*. Belo Horizonte: Del Rey.

**Disciplina: Cidadania Cultural**

**Código: DIT 077 Departamento: Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito**

**Carga horária total: 60 h/a**

**Créditos: 04**

**Período: 3º**

**Ementa**

Identidade, tradição e reconhecimento. Direitos culturais. Proteção jurídica da cultura e da diversidade.

**Unidades de Ensino**

**Unidade I – Cultura e Cidadania**

- 1.1. Cultura, civilizações e direitos fundamentais
- 1.2. A formação cultural do homem, da *paideia* clássica à *bildung* contemporânea

**Unidade II – Direito e Cultura**

- 2.1. Direitos culturais e direito à diversidade
- 2.2. Ordem constitucional da cultura
- 2.3. Proteção internacional dos direitos culturais

**Unidade III – Problemas identitários e cultura brasileira**

- 3.1. Matriz identitária brasileira: marcos centrais.
- 3.2. A questão étnica
- 3.3. A questão religiosa
- 3.4. A questão de gênero
- 3.5. A questão de orientação sexual
- 3.6. A questão educacional

**Bibliografia básica – Preferentemente as edições mais recentes**

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural; o direito à cultura*. São Paulo: Edição Fundação Perseu Abramo, 2006.

SILVA, Vasco Pereira da. *A Cultura a que tenho Direito; direitos fundamentais e cultura*. Coimbra: Almedina, 2007.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima, S.J. *Escritos de Filosofia III: Filosofia e Cultura*. São Paulo: Loyola, 1997.

**Bibliografia complementar – Preferentemente as edições mais recentes**

BRAUDEL, Fernand. *Gramática das Civilizações*. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CHACON, Vamireh. *A Grande Ibéria, convergências e divergências de uma tendência*. São Paulo, Brasília: EduNESP, Paralelo 15, 2005.

HESPANHA, Antonio Manuel. *Cultura Jurídica Européia: síntese de um milênio*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

HUNTINGTON, Samuel P. *O Choque de Civilizações: e a recomposição da ordem mundial*. Trad. M. H. C. Côrtez. São Paulo: Objetiva, 1997.

JAEGER, Werner. *Paidéia; a formação do homem grego*. Trad. Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.



**DISCIPLINA: CIDADANIA TRABALHISTA**

**CÓDIGO: DIT 078**

**Departamento: Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito**

**Carga horária total: 60 H/AULA**

**CRÉDITOS:04**

**PERÍODO: 3º**

**EMENTA**

Dignidade do trabalhador e proteção ao emprego. Direitos trabalhistas na contemporaneidade.

**UNIDADES DE ENSINO**

Dignidade da Pessoa Humana e trabalho. Trabalho e Inclusão Social. O Trabalho no Estado Democrático do Trabalho. Trabalho e Emprego: distinções e proteção no mundo contemporâneo. Trabalho digno: eixos de proteção. Direitos fundamentais dos trabalhadores. Direitos Humanos e Trabalho. Garantias mínimas legais.

**UNIDADES DE ENSINO**

**Unidade I – Dignidade da Pessoa Humana e trabalho.**

- 1.1 A pessoa humana e sua dignidade
- 1.2 Valor trabalho

**Unidade II – Trabalho e Inclusão Social.**

- 2.1 Inclusão social no Estado Democrático de Direito
  - 2.2.1 Inclusão social pelo Direito do Trabalho
  - 2.2.1 Inclusão social pela Assistência Social
- 2.2 Direito do Trabalho e desafios
  - 2.2.1 Efetividade dos direitos sociais
  - 2.2.2 Crise do Direito do Trabalho

**Unidade III - O Trabalho no Estado Democrático do Trabalho.**

- 3.1 Trabalho no Estado Liberal: trabalho livre
- 3.2 Trabalho no Estado Social: a centralidade do Trabalho
- 3.3 Trabalho no Estado Democrático de Direito: trabalho e democracia
  - 3.1 trabalho e democracia
  - 3.2 Democratização das relações de trabalho
    - 3.2.1 participação dos trabalhadores na empresa
      - 3.2.1.1 co-gestão
      - 3.2.1.2 participação nos lucros

**Unidade IV - Trabalho e Emprego.**

- 4.1 Trabalho e Emprego
  - 4.1.1 distinções conceituais
  - 4.1.2 Relação de emprego: pressupostos fático-jurídicos
- 4.2 Novas conformações do emprego na contemporaneidade
- 4.3 Relações de trabalho não empregatícias
  - 4.3.1 Trabalho eventual
  - 4.3.2 Trabalho avulso
  - 4.3.3 Trabalho autônomo
  - 4.3.4 Trabalho voluntário

**Unidade V - Trabalho digno: eixos de proteção.**

- 5.1 Direitos Humanos e Trabalho
- 5.2 Direitos fundamentais dos trabalhadores.
- 5.3 Garantias mínimas legais.

**Bibliografia básica** – Preferentemente as edições mais recentes

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do Trabalho. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.

DELGADO, Gabriela Neves. Direito Fundamental ao trabalho digno. São Paulo: LTr, 2006.

DELGADO, Mauricio Godinho. Capitalismo Trabalho e Emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução. São Paulo: LTr, 2006.

PIMENTA, José Roberto Freire et al. (coord). Direito do Trabalho: evolução, crise, perspectivas. São Paulo: LTr, 2004.

**Bibliografia complementar** – Preferentemente as edições mais recentes

DELGADO, Mauricio Godinho; Lorena Porto Vasconcelos (coord). O Estado de Bem Estar Social no Século XXI. São Paulo: LTr, 2007.

POCHMANN, Marcio. O emprego na Globalização. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.

SILVA, Antônio Alvares da. A co-gestão na empresa e no estabelecimento. São Paulo: Editora LTr, 1991.

SOUTO Maior, Jorge Luiz. O Direito do Trabalho como instrumento de Justiça Social. São Paulo: LTr, 2000.

VIANA, Marcio Túlio (coord.). O Direito do Trabalho e trabalhos sem direitos. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008.

**DISCIPLINA: Criminologia e Sistemas Penais**

**CÓDIGO: DIN 022**

**Departamento: Direito de Direito Penal**

**Carga horária total: 60 H/AULA**

**CRÉDITOS:04**

**PERÍODO: 4º**

**EMENTA**

História do pensamento criminológico. Sistemas penais comparados.

**UNIDADES DE ENSINO**

Objeto, método e funções da criminologia: seus problemas epistemológicos e suas crises do conhecimento. Os fundamentos do debate sobre o crime e a punição: o Direito Penal clássico e a criminologia positivista. Teoria funcionalista do desvio: as abordagens de Durkheim e Merton. O advento das teorias da associação diferencial, subcultura criminal e das técnicas de neutralização. A mudança operada pela teoria do etiquetamento (*labelling approach*). A sociologia do conflito e suas repercussões no estudo da criminalidade. O abolicionismo, o minimalismo penal e o realismo marginal. A prevenção situacional, as janelas quebradas (*fixing broken windows*) e o Direito Penal da Lei e da Ordem. A sociologia da punição e as novas tendências no mundo atual. Controle do crime e punição no Brasil contemporâneo.

**Bibliografia básica** – Preferentemente as edições mais recentes

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. Trad. Juarez Cirino dos Santos. 2.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos/Instituto Carioca de Direito, 1999. 254 p.

BATISTA, Nilo. *Introdução crítica ao direito penal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1990. 136 p.

DURKHEIM, Emille. *As regras do método sociológico*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MERTON, Robert K. *Sociologia: teoria e estrutura*. Trad. Miguel Mallet. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

**Bibliografia complementar** – Preferentemente as edições mais recentes

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002. 295 p.

TAYLOR, Ian; WALTON, Paul; YOUNG, Jock. *Criminologia crítica*. Trad. Juarez Cirino dos Santos e Sérgio Tancredo. Rio de Janeiro: Graal, 1980. 302 p.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. 174 p.

ZAFFARONI, Eugênio Raul; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de direito penal brasileiro: parte geral*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997. 893 p.

ZAFFARONI, Eugênio Raul. *Criminología: aproximación desde un margen*. Bogotá: Editorial Temis, 1988. v. I. 267 p.

**DISCIPLINA: Organização dos Poderes do Estado Brasileiro****Código: DIP 205** | **Departamento: Direito Público****Carga horária total: 60 h/a****Créditos: 04****Período: 4.º****Ementa**

Separação horizontal dos poderes: teoria das funções do Estado. Separação vertical dos poderes: teoria do federalismo. Organização do Estado brasileiro.

**Unidades de Ensino****Unidade I – Separação horizontal de poderes: teoria e sistema das funções do Estado brasileiro**

- 1.1 - Estrutura e organização dos três poderes
- 1.2 - Processo Legislativo
- 1.3 - Comissões Parlamentares de Inquérito
- 1.4 - Imunidades parlamentares
- 1.5 - Processo de "Impeachment" do Presidente da República
- 1.6 - Controle judicial de Medidas Provisórias
- 1.7 - Controle Jurisdicional de Constitucionalidade

**Unidade II – Separação vertical dos poderes: teoria e sistema do federalismo brasileiro.**

- 2.1 - Uma compreensão histórico-teorética da Federação brasileira
- 2.2 - Análise sistemática do quadro de competências estabelecidas pela Constituição da República
- 2.3 - Intervenção federal

**Bibliografia básica** – Preferentemente as edições mais recentes

- ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. Competências na Constituição de 1988. São Paulo: Atlas.
- CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Devido processo legislativo. Belo Horizonte: Mandamentos.
- SAMPAIO, José Adércio Leite (org.). Crise e desafios da Constituição. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

**Bibliografia complementar** - Preferentemente as edições mais recentes

- BRASIL. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
- MELO, Carlos Ranufo e SÁEZ, Manuel Alcântara (orgs.) *A democracia brasileira*. Belo Horizonte, UFMG.
- SAMPAIO, José Adércio Leite (org.). Jurisdição constitucional e direitos fundamentais. Belo Horizonte: Del Rey.
- VIANA, Luiz Werneck (org.). A democracia e os três poderes no Brasil. Belo Horizonte: UFMG/IUPER, 2002.
- VIANA, Luiz Werneck (org.). Separação de poderes e democracia no Brasil. Belo Horizonte: UFMG/IUPER, 2002.

**DISCIPLINA: TEORIA DA GESTÃO PÚBLICA**

**CÓDIGO:DIP 206** | **Departamento: Direito Público**

**Carga horária total: 60 H/AULA**

**CRÉDITOS:04**

**PERÍODO: 4º**

**Ementa**

Formas de Gestão Pública. Canais de Participação. Coordenação de Questões Sociais e Ambientais

**Unidades de Ensino**

**UNIDADE I - GESTÃO PÚBLICA**

- 1.1. EVOLUÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
- 1.2. EFICIÊNCIA PÚBLICA X EFICIÊNCIA PRIVADA
  - 1.2.1. O Princípio da Eficiência Administrativa
  - 1.2.2. A idéia de Moralidade Administrativa e seus múltiplos aspectos
  - 1.2.3. Os modelos decisórios do Estado Pluralista
  - 1.2.4. A ponderação de interesses e a coordenação de esforços
- 1.3. A MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL
  - 1.3.1. Burocracia, eficiência e modelos de gestão pública
- 1.4. REFORMA ADMINISTRATIVA EM OUTROS ESTADOS
  - 1.4.1. A experiência da Nova Zelândia
  - 1.4.2. A experiência inglesa;
  - 1.4.3. Nacional Performance Review norte-americano;
  - 1.4.4. Portugal, México, Austrália;
  - 1.4.5. Chile, Argentina e outros Estados da América do Sul.
  - 1.4.6. O CLAD e a proposta de gestão pública para a América Latina
- 1.5. Novos Rumos da Gestão Pública Brasileira.
  - 1.5.1. Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados-Membros (exemplos e aplicações)
  - 1.5.2. Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Municípios (exemplos e aplicações)
  - 1.5.3. Desafios da administração pública brasileira
- 1.6. POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA
- 1.7. A GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS NO MEIO PÚBLICO
  - 1.7.1. Recrutamento e seleção; carreiras; os jogos de poder; a eterna prática do "não" e o sistema de punições e recompensas
  - 1.7.2. As Escolas de Governo e o Desenvolvimento de Pessoal
  - 1.7.3. Os concursos públicos e os cargos de confiança
  - 1.7.4. Avaliação de desempenho, estabilidade
  - 1.7.5. As doenças administrativas: nepotismo, corporativismo, faccionismo, clientelismo, partidarismo.
  - 1.7.6. As corregedorias e as auditorias internas

**UNIDADE II - GESTÃO ADMINISTRATIVA DEMOCRÁTICA**

- 2.1. OS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO
  - 2.1.1. O modelo representativo e democracia participativa
  - 2.1.2. Vantagens da participação popular
  - 2.1.3. Riscos da participação popular na Administração Pública
  - 2.1.4. A participação popular e o controle social
  - 2.1.5. A participação popular no processo decisório
  - 2.1.6. A participação popular na defesa de interesses particularizados
  - 2.1.7. O Orçamento participativo
  - 2.1.8. Estudo de casos e modelos de administração participativa
- 2.2. A administração pública imperativa e a administração pública consensual
- 2.3. O ato administrativo imperativo
- 2.4. A vontade administrativa
- 2.5. O contrato administrativo e as soluções consensuais

### UNIDADE III - COORDENAÇÃO DE QUESTÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS.

#### **Bibliografia básica** – Preferentemente as edições mais recentes

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*, São Paulo: Malheiros.

CRETELLA JR. *Curso de Direito Administrativo*, Rio: Forense.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*, São Paulo: Atlas.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter. *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

#### **Bibliografia complementar** – Preferentemente as edições mais recentes

Artigos da RAP, Caderno de Gestão Social, ENAP e Fundação João Pinheiro.

MEDAUAR, Odete. *Direito Administrativo Moderno*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MOREIRA NETO, DIOGO DE FIGUEIREDO. *Mutações do Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Renovar.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; GRAU, Nuria Cunill. *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

**Disciplina: Espaço Urbano e Direito das Cidades**

**Código: DIP 207** | **Departamento: Direito Público**

**Carga horária total: 60 h/a**

**Créditos: 04**

**Período: 4º**

**Ementa**

Princípios constitucionais do Direito das Cidades. Esfera Pública e espaço urbano.

**Unidades de Ensino**

**UNIDADE I - Cidades e espaço urbano.**

1.1 Conceito. Contextualização histórica.

1.2 Espaço urbano: palco para concretização das autonomias pública e privada.

**UNIDADE II - 2. Direito das Cidades**

2.1. Princípios constitucionais

2.2. Legislação estruturante

2.3. O papel dos entes federados

**UNIDADE III - Planejamento urbano**

**Bibliografia básica** – Preferentemente as edições mais recentes

DIAS, Maria Tereza Fonseca; PEREIRA, Flávio Henrique Unes. *Cidadania e inclusão social – estudos em homenagem à Professora Miracy Barbosa de Souza Gustin*. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

FERNANDEZ, Edésio.(Coord). *Direito Urbanístico e Política Urbana no Brasil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional positivo*. 10. ed. rev. São Paulo: Malheiros, 1994.

SILVA, José Afonso da. *Direito urbanístico brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

**Bibliografia complementar** – Preferentemente as edições mais recentes

BIGNOTTO, Newton. *Três maneiras de se criar uma cidade*.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite Brandão. *A natureza da cidade e a natureza humana*.

CHEVALLIER, Jacques. *O Estado Pós-Moderno*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

DA VEIGA, José Eli. Cidades Imaginárias. *O Brasil é menos urbano do que se calcula*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

FERNANDEZ, Edésio; ALFONSIN. Betânia. (Coord) *A lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

**Disciplina: Estado e Relações Internacionais**

**Código: DIP 208** | **Departamento: Direito Público**

**Carga horária total: 60 h/a**

**Créditos: 04**

**Período: 4º**

**Ementa**

Iniciação as teorias das relações internacionais. Conceito internacional de nações: perspectivas dos organismos internacionais.

**Unidades de Ensino**

**Unidade 1 – História do Sistema internacional: De Westphalia ao pós-Guerra Fria.**

**Unidade II – Escolas teóricas das relações internacionais: realismo e neorealismo, liberalismo e neoliberalismo, marxismo, construtivismo, funcionalismo, institucionalismo.**

**Unidade III – O Estado brasileiro, sua política externa e as relações internacionais.**

**Bibliografia básica** – Preferentemente as edições mais recentes

ARON, Raymond. Paz e guerra entre as nações. Brasília: Editora UnB.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 2 vol. Brasília: UnB.

HOBBSBAWM, Eric. Era dos extremos: breve Século XX. São Paulo: Paz e Terra.

ZACHER, Mark. "Os pilares em ruína do templo de Vestfália: implicações para a governança e a ordem internacional". In: James Rosenau e Ernst-Otto Czempiel (orgs.). Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial. Brasília, Editora UnB, 2000, p. 83-141.

**Bibliografia complementar** – Preferentemente as edições mais recentes

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.) Sessenta Anos de Política Externa Brasileira - O Desafio Geoestratégico. São Paulo: Annablume.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.) Sessenta Anos de Política Externa Brasileira - Diplomacia para o Desenvolvimento. São Paulo: Cultura Editores.

ARCHIBUGI, Daniele, HELD, David e Köhler, Martin (editors). Re-imagining political community, studies in cosmopolitan democracy. Cambridge: Polity Press, 1998.

MERLE, Marcel. Sociologia das relações internacionais. Brasília: Editora UnB.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). Relações Internacionais, dois séculos de história. Volume I e II. Brasília: IBRI/Fundação Alexandre de Gusmão.



**Disciplina: Estrutura Jurídica das Organizações Sociais**

**Código: DIC 082** | **Departamento: Direito Civil e Comercial**

**Carga horária total: 45 h/a**

**Créditos: 03**

**Período: 5º**

**Ementa**

Grupos de organizações do terceiro setor e sociais em geral. Burocracia, classes e grupos de interesse. Governança social e organizações. Princípio da responsabilidade social: a conexão empresa/Estado/sociedade. Compromisso social da empresa e mercado de consumo.

Objetivos: Estudar a estrutura e as relações das organizações sociais na contemporaneidade. Discutir as dimensões de sua atuação no âmbito político, social e nas relações de consumo.

**Unidades de Ensino**

**Unidade I - Pessoa jurídica e entes não personalizados.**

**Unidade II - Associações e Fundações**

- 2.1 Conceito e estrutura
- 2.2 Constituição e funcionamento
- 2.3 O gerenciamento de recursos públicos
- 2.4 Direitos e deveres dos membros
- 2.5 Dissolução e Extinção

**Unidade III - Estrutura do Estado Brasileiro**

- 3.1 Estado Patrimonial, Burocrático e Gerencial
- 3.2 Estado Gerencial e Organizações Sociais
- 3.3 Estrutura jurídica das organizações sociais

**Unidade IV - Teoria da escolha pública e grupos de interesse**

- 4.1 Atuação política das organizações sociais

**Unidade V - Responsabilidade social e terceiro setor**

- 5.1 Responsabilidade social e teoria da empresa
- 5.2 Contratos de interesse social com o terceiro setor

**Unidade VI - Consumo, sociedade e movimentos sociais**

- 6.1 Organizações sociais e a tutela das relações de consumo
- 6.2 Movimentos sociais e consumo na contemporaneidade

**Bibliografia básica** – Preferentemente as edições mais recentes

BRASIL. MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO. Caderno MARE n.º 2 - Organizações Sociais. 5ª ed. Brasília: 1998.

COSTA, C.B; VICONTI, G.R. Empresas, Responsabilidade Corporativa e Investimento Social: uma Abordagem Introdutória. Relato Setorial n. 2, BNDES/AS/GESET, 2000.

OLSON, Mancur. A lógica da ação coletiva. Edusp, São Paulo, 1999.

PAES, José Eduardo Sabo. Fundações e Entidades de Interesse Social – Aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários. Brasília: Brasília Jurídica, 1999 488p.

**Bibliografia complementar** – Preferentemente as edições mais recentes

BAUMAN, Zigmund. Vida para Consumo. A transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/CÂMARA DA REFORMA DO ESTADO. Plano Diretor da Reforma do Estado. Brasília: 1995.

FERNANDES, R. C. Privado porém público - O terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994

GOHN, M.G. O protagonismo da sociedade civil. Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez Editora, 2005

OFFE, Claus. "Dominação de classe e sistema político: Sobre a seletividade das instituições políticas". In: Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1982, pp. 140-177.

**Disciplina: Direito Internacional Público na Era Global**

**Código: DIP 209** | **Departamento: Direito Público**

**Carga horária total: 45 h/a**

**Créditos: 03**

**Período: 5°**

**Ementa**

Normas, fontes e sujeitos do Direito Internacional. Conflitos internacionais e sistemas de proteção a paz. Globalização e nova ordem mundial

**Unidades de Ensino**

**Unidade 1 – Apresentação: A importância do Direito Internacional na Era Global**

**Unidade II - Sociedade Internacional e Direito Internacional**

**Unidade III - Fontes do Direito Internacional**

**Unidade IV - Tratados internacionais**

**Unidade V - Relações entre direito interno e direito internacional**

**Unidade VI - Pessoas internacionais**

**Unidade VII - Estados**

7.1 Reconhecimento de Estado e de Governo

7.2 Jurisdição do Estado

7.3 Direitos e deveres dos Estados

7.4 Representação internacional dos Estados

7.5 Responsabilidade internacional dos Estados

**Unidade VIII - Organizações internacionais**

8.1 Organização das Nações Unidas

8.2 Organizações regionais

**Unidade IX - Organizações não-estatais**

**Unidade X - A pessoa humana**

10.1 Personalidade internacional do indivíduo

**Unidade XI - Conflito internacional**

11.1 Sanções em direito internacional

11.2 Direito de Guerra

## Unidade XII – Crimes contra a humanidade

### Bibliografia básica – Preferentemente as edições mais recentes

MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. *Curso de direito internacional público*. Rio de Janeiro: Ed. Renovar.

REZEK, José Francisco. *Direito internacional público*. São Paulo: Saraiva.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*. Porto Alegre: Fabris.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. *Direito das Organizações Internacionais*. Brasília: Escopo.

### Bibliografia complementar – Preferentemente as edições mais recentes

BRANT, L. N. C.; JAPIASSÚ, C.E. (Orgs.). *Para Entender o Direito Penal Internacional*. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey.

BRANT, L. N. C. (Org.) . *II Anuário Brasileiro de Direito Internacional - Brazilian Yearbook of International Law - Annuaire Brésilien de Droit International*. Belo Horizonte: CEDIN

BRANT, L. N. C. (Org.) . *III Anuário Brasileiro de Direito Internacional - Brazilian Yearbook of International Law - Annuaire Brésilien de Droit International*. Belo Horizonte: CEDIN.

MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. *Responsabilidade internacional do Estado*. Rio de Janeiro: Renovar.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Princípios de direito internacional contemporâneo*. Brasília: UnB.

**DISCIPLINA: Direito e Administração Pública**

**CÓDIGO: DIP 210**      **Departamento: Direito Público**

**Carga horária total: 45 H/AULA**      **CRÉDITOS: 03**      **PERÍODO: 5º**

**EMENTA**

Administração Pública - fundamentos e estrutura.

**UNIDADES DE ENSINO**

**Unidade I - Funções do Estado**

- 1.1 Distinção: função legislativa, função administrativa e jurisdicional.
- 1.2 Função administrativa. Características.
  - 1.2.1 Função administrativa: sentido subjetivo/ orgânico.
  - 1.2.2 Função administrativa: sentido formal.(atividades)

**Unidade II - Organização administrativa**

- 2.1 Teoria do órgão. Conceito, natureza e classificação.
  - 2.1.1 Órgão administrativo e fenômeno da desconcentração.
- 2.2 Descentralização.
  - 2.2.1 Descentralização: política e administrativa – por serviços, territorial e por colaboração.
  - 2.2.2 Centralização e Descentralização administrativa.
  - 2.2.3 Hierarquia e poderes do hierarca.
- 2.3 Desconcentração e Descentralização: controle. Princípios da tutela e autotutela. Processualização do Direito Administrativo. Lei Federal 9.784/1999.

**Unidade III - Figuras da Administração Indireta**

- 3.1 Administração Direta e Administração Indireta.
- 3.2 Entidades da Administração Indireta. Atributos comuns.
- 3.3 Autarquias. Agências Executivas. Agências Reguladoras. Experiência mineira. Conselhos Profissionais.
- 3.4 Fundações públicas.
- 3.5 Sociedade de economia mista.
- 3.6 Empresas públicas.
- 3.7 Consórcios públicos.

**Unidade IV - Entidades do terceiro setor.**

- 4.1 Contextualização. Reforma administrativa.
- 4.2 Organizações Sociais.
- 4.3 Organizações da sociedade civil de interesse público.
- 4.4 Serviços sociais autônomos.
- 4.5 Entidades de apoio.

**Bibliografia básica** – Preferentemente as edições mais recentes

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DIAS, Maria Tereza Fonseca. Terceiro Setor e Estado: legitimidade e regulação. Por um novo marco jurídico. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

**Bibliografia complementar** – Preferentemente as edições mais recentes

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Natureza e regime jurídico das autarquias. São Paulo: Malheiros, 2006.

BONAVIADES, Paulo. Do estado Liberal ao Estado Social. 7. ed. 2. tiragem. São Paulo:

Malheiros, 2004.

COELHO, Daniela Mello. Administração Pública gerencial e Direito Administrativo. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

PIRES, Maria Coeli Simões. Descentralização e subsidiariedade. Revista do Tribunal de Contas de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 36, n. 3, p. 35-72, jul./set. 2000.

PIRES, Maria Coeli Simões. *A Revisão Paradigmática do Estado e do Direito: um Exercício em Prol da Democratização do Sistema Administrativo*. In: CORRÊA DE CARVALHO, Sérgio Mourão (Coord.). Temas de Direito Administrativo. Estudos em Homenagem ao Professor Paulo Neves de Carvalho. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 127- 200.

**Disciplina: Gestão do Terceiro Setor**

**CÓDIGO:DIP 211**

**Departamento: Direito Público**

**Carga horária total: 45 H/AULA**

**CRÉDITOS: 03**

**PERÍODO: 5º**

**EMENTA**

Relações Administração/Terceiro Setor e Ambiente

**UNIDADES DE ENSINO**

**Unidade I - Marco jurídico do terceiro setor**

- 1.1. - Experiência do direito brasileiro e do direito estrangeiro
- 1.2. - Características comuns das entidades do terceiro setor
- 1.3. -As entidades que compõem o terceiro setor: entidades declaradas de utilidade pública, entidades beneficentes de assistência social e entidades de fins filantrópicos, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público, cooperativas sociais
- 1.3.1. Criação e extinção. Processo de qualificação e de desqualificação.
- 1.4. Atividades desenvolvidas
- 1.5. Licitação e Terceiro setor

**Unidade II - Regime de pessoal**

**Unidade III - Regime tributário e contábil**

**Unidade IV - Controle exercido pelo poder público**

**Bibliografia básica** – Preferentemente as edições mais recentes

DIAS, Maria Tereza Fonseca. Terceiro Setor e Estado: legitimidade e regulação. Por um novo marco jurídico. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

DIAS, Maria Tereza Fonseca. Direito Administrativo pós-moderno? Novos paradigmas do Direito Administrativo no estudo da relação entre o Estado e a sociedade. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

SOARES, Fabiana de Menezes. Direito administrativo de participação: cidadania, direito, Estado e Município. Belo Horizonte, 1997.

**Bibliografia complementar** – Preferentemente as edições mais recentes

FIANCIAMENTO DO TERCEIRO SETOR: um panorama sobre o fluxo de recursos para as organizações da sociedade civil, 2005. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas: Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). Disponível: <http://www.mapa.Org.br/financiamento3setor/palestrantes.htm>

FRANCO, Augusto de. Terceiro setor: a nova sociedade civil e seu papel estratégico para desenvolvimento. 2003. Disponível em: <http://www.augustodefranco.org>.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Sociedade, Estado e administração pública: perspectivas visando ao realinhamento constitucional. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

PEREZ, Marco Augusto. A administração pública democrática: institutos de participação popular na Administração Pública. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

ROCHA, Sílvio Luís Ferreira da. Terceiro setor. São Paulo: Malheiros, 2003.

**Disciplina: Função social da cidade**

**Código: DIP 212 | Departamento: Direito Público**

**Carga horária total: 45 h/a**

**Créditos: 03**

**Período: 5º**

**Ementa**

Efetividade da função jurídico-social da cidade como garantia dos direitos fundamentais. Função Social da Propriedade. Segurança. Bem-estar. Equilíbrio ambiental. Gestão integrada e participativa

**Unidades de Ensino**

**Unidade I - Direitos Fundamentais**

- 1.1.- Histórico e evolução. Noção de paradigma. Paradigmas constitucionais.
- 1.2.- Classificações. Críticas às classificações.
- 1.3.- Efetividade dos direitos fundamentais.

**Unidade II - Direito de propriedade**

- 2.1.- Conceito e evolução
- 2.2.- Regime jurídico
- 2.4.- Direito fundamental à habitação. Histórico. Tendências e efetivação.
- 2.3.- Da tutela da posse e da propriedade

**Unidade III - A função social da propriedade**

- 3.1.- Função social da propriedade e suas interfaces: proteção da segurança, do bem estar, do lazer, da cultura, do patrimônio histórico cultural, do meio ambiente, etc.
- 3.2.- Direito de propriedade e Poder de Polícia
- 3.2.1. Propriedade urbana e condicionamentos.

**Unidade IV - A cidade como espaço para efetivação de direitos fundamentais e gestão participativa.**

**Bibliografia básica** – Preferentemente as edições mais recentes

- BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 15. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. *Das necessidades humanas aos direitos: ensaio de sociologia e filosofia do direito*. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.
- MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. *O poder municipal*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

**Bibliografia complementar** – Preferentemente as edições mais recentes

- FERNANDES, Edésio; ALFONSIN. Betânia. (Coord) *A lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- FERNANDES, Edésio. (Coord). *Direito Urbanístico e Política Urbana no Brasil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- KRELL, Andreas Joachim. *O município no Brasil e na Alemanha: direito e administração pública comparados*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2003.
- MUKAI, Toshio Sylvio. *Regularização fundiária urbana sustentável e o direito à moradia*. In: AGRELLI, Vanusa Murta; SILVA, Bruno Campos (Coord). *Direito Urbanístico e Ambiental. Estudos em homenagem ao Professor Toshio Mukai*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.



**Disciplina: História do Estado**

**Código: DIT 079 | Departamento: Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito**

**Carga horária total: 45 h/a**

**Créditos: 03**

**Período: 5º**

### **Ementa**

Emergência do Estado na história ocidental: legados clássico e medieval. Os Estados nacionais e a Era das Revoluções. Estado constitucional, do constitucionalismo clássico aos constitucionalismos social e democrático. Formação do Estado na América Latina.

### **Unidades de Ensino**

#### **Unidade I – Raízes fundantes do Estado ocidental: o Estado ético imediato**

- 1.1. As experiências antigas de Estado oriental
- 1.2. Cidades-Estado: o mundo helênico e a *polis*
- 1.3. *Civitas* romana: o projeto da *cosmopolis*
- 1.4. Fragmentação feudal e unidade religiosa: estrutura política do Cristianismo, da Igreja Católica e Apostólica Romana e do Sacro Império Romano Germânico (de *Sacrum Romanum Imperium* a *Heiliges Römisches Reich deutscher Nation*)

#### **Unidade II – Estado nacional e Estado constitucional: Estado técnico, Estado poético e Estado ético mediato**

- 2.1. Absolutismo e soberania: Estado como formação resultante
- 2.2. Revoluções burguesas e o alvorecer do Estado de Direito
- 2.3. Estado liberal de Direito e constitucionalismo clássico: liberdade e formalização
- 2.4. Estado social de Direito e constitucionalismo social: igualdade, trabalho e materialização no Estado de Bem-Estar Social
- 2.5. Manifestações extremas do Estado social: nacional-socialismo e internacional-socialismo
- 2.6. Estado poético e a cisão do Estado de Direito
- 2.7. Perspectivas do Estado democrático de Direito: marcos do constitucionalismo democrático

#### **Unidade III – História dos Estados Ibero-Americanos**

- 3.1. Formações políticas na Península Ibérica
- 3.2. O mundo hispânico: colonização e fragmentação
- 3.3. Formação e consolidação do Estado brasileiro: Brasil, de colônia a Império. Teoria e prática do Poder Moderador
- 3.4. Recolonização do Estado brasileiro: República, federação e sistema presidencial no contexto da América. Golpes de Estado e ditaduras brasileiras
- 3.5. História constitucional brasileira: exceção, transição democrática e poder constituinte

### **Bibliografia básica – Preferentemente as edições mais recentes**

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. *Direito, Política e Filosofia*; contribuições para uma teoria discursiva da constituição democrática no marco do patriotismo constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

COSTA, Pietro, ZOLO, Danilo (orgs). *O Estado de Direito*; história, teoria, crítica. Trad. Carlo Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HORTA, José Luiz Borges. *História do Estado de Direito*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

### **Bibliografia complementar – Preferentemente as edições mais recentes**

BIGNOTTO, Newton. *O tirano e a cidade*. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.

FIORAVANTI, Maurizio (ed.) *El Estado Moderno en Europa*; instituciones y derecho. Madrid: Trotta, 2004.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. *Semeando Democracia*; a trajetória do socialismo democrático no Brasil. Contagem: Palesa, 1995.

HORTA, Raul Machado. *Direito Constitucional*. 4. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

REALE, Miguel. *O Estado Moderno*; liberalismo, fascismo, integralismo. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

SALGADO, Joaquim Carlos. O Estado Ético e o Estado Poiético. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 37-68, abr./jun. 1998.

**Disciplina: Proteção Internacional dos Direitos Humanos**

**Código: DIP 213** | **Departamento: Direito Público**

**Carga horária total: 45 h/a**

**Créditos: 03**

**Período: 6º**

**Ementa**

Teorias e História dos direitos humanos. As declarações de direitos humanos da ONU e da OEA. Direitos humanos e globalização. Direitos Humanos e multiculturalismo. Instância de solução de conflitos. Sistemas nacional e internacional de proteção aos direitos humanos

**Unidades de Ensino**

**Unidade 1 – Teoria e história dos direitos humanos. Do jusnaturalismo à teoria da interdependência entre os direitos humanos.**

**Unidade 2 – As declarações de direitos humanos da ONU e da OEA.**

**Unidade 3 – Direitos Humanos e Globalização. A questão do multiculturalismo.**

**Unidade 4 – Sistema nacional e internacional de proteção aos direitos humanos. A jurisdição internacional no sistema da OEA e da ONU.**

**Bibliografia básica** - Preferentemente as edições mais recentes

BRANT, L. N. C. (Org.). *Direito e Terrorismo: Os impactos do terrorismo na Comunidade internacional e no Brasil - Perspectivas jurídico-políticas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense.

BRANT, L. N. C. . *A Corte Internacional de Justiça e a Construção do Direito Internacional*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Cedin.

TRINDADE, A. A. Cançado. *A proteção dos Direitos Humanos nos plano nacional e internacional: perspectivas brasileiras*. Brasília: F. Naumann.

TRINDADE, A. A. Cançado. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*. 2. ed. Porto Alegre: Fabris.

**Bibliografia complementar** – Preferentemente as edições mais recentes

BRANT, L. N. C.; VIEIRA, D.R. . *A Corte Internacional de Justiça: Papel e Perspectivas Atuais*. Cadernos ADENAUER (São Paulo), v. 3, p. 141-158, 2009.

CANÇADO TRINDADE, A. A. *El Futuro de la Corte Interamericana de Derechos Humanos. Corte Interamericana de Derechos Humanos*.

TRINDADE, A. A. Cançado. *El Derecho de Acceso a la Justicia Internacional y las Condiciones para su Realización en el Sistema Interamericano de Protección de los Derechos Humanos. Revista del Instituto Interamericano de Derechos Humanos*. San José de Costa Rica, v. 37, p. 53-83, 2003.

TRINDADE, A. A. Cançado. *Memorial em prol de uma nova mentalidade quanto à proteção dos Direitos Humanos nos planos internacional e nacional*. Revista Arquivos do Ministério da Justiça, v. 3, p. 40-76, 1999.

TRINDADE, A. A. Cançado. *El futuro del sistema interamericano de protección de los derechos humanos: algunas reflexiones*. *28 Estudios Internacionales*, v. 109, p. 3-9, 1995.

**Disciplina: Direito Econômico do Planejamento**

**Código: DIP 214 | Departamento: Direito Público**

**Carga horária total: 45 h/a**

**Créditos: 03**

**Período: 6º**

**Ementa**

Princípios constitucionais da ordem econômica. Atuação do Estado no domínio econômico: regulação, controle e intervenção. Planejamento econômico do Estado e políticas sociais. Planejamento econômico e ordem internacional

**Unidades de Ensino**

**Unidade 1 - Conceito de Direito Econômico.**

- 1.1 Princípios constitucionais
- 1.2 Normas de Direito Econômico e suas características.
- 1.3 Objeto: política econômica.

**Unidade 2 - Constituição Econômica**

- 2.1 História
- 2.2 Constituição de 1988: ordem jurídico-econômica contemporânea.

**Unidade 3 - Poder econômico público**

- 3.1 Formas de regulação, controle e intervenção do Estado no domínio econômico.
- 3.2 Planejamento econômico estatal

**Unidade 4 - Estado regulador: significado, importância e conseqüências.**

**Unidade 5 - Direito econômico internacional. Ordem jurídico-econômica internacional e supranacional. Globalização, Regionalização e Comunitarização.**

**Bibliografia básica - Preferentemente as edições mais recentes**

CAMARGO, Ricardo Antônio Lucas. *Custos do Direito e Reforma do Estado*. Porte Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2008.

GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988*. 14ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. *Primeiras Linhas de Direito Econômico*. 6ª ed. São Paulo: LTr, 2005.

VENANCIO FILHO, Alberto. *A Intervenção do estado no domínio econômico*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

**Bibliografia complementar - Preferentemente as edições mais recentes**

BERCOVICI, Gilberto. *Constituição Econômica e Desenvolvimento: Uma Leitura a partir da Constituição de 1988*. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

BERCOVICI, Gilberto et al. *O planejamento e a Constituição de 1988*. In: *Constitucionalizando Direitos 15 anos da Constituição Brasileira de 1988*. Rio de Janeiro: Renovar. 2003.

BRETÂS, Anchises et al. *Direito Econômico do Planejamento*. Belo Horizonte: Vale Ferreira, 1980.

CLARK, Giovani. *O Município em Face do Direito Econômico*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

GRAU, Eros Roberto. *Planejamento econômico e regra jurídica*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1978.

**Disciplina: Parcerias Público Privadas**

**CÓDIGO: DIP 215**

**Departamento: Direito Público**

**Carga horária total: TOTAL 45 H/AULA**

**CRÉDITOS: 03**

**PERÍODO: 6º**

#### **EMENTA**

Teoria sobre Publicização/Privatização das Administrações. Processo de Terceirização. Administração e Meio Ambiente. Efetividade das Relações Público-Privada. Formas de Atribuição de Eficácia a essas Relações no Mercado. Novas figuras da administração pública.

#### **UNIDADES DE ENSINO**

##### **Unidade I - Administração Pública: paradigma democrático**

1.1 - Administração autoritária *versus* Administração consensual

##### **Unidade II - Contratos Administrativos. Noções introdutórias.**

2.1 - Competência para legislar.

2.2 - Conceito. Contextualização. Existem contratos administrativos? Em que diferem dos contratos do Direito Privado?

2.3 - Regime jurídico. Cláusulas "exorbitantes" e equilíbrio econômico financeiro.

##### **Unidade III - Espécies de contratos administrativos:**

3.1 - Contratos regidos pela Lei 8666/93

3.2 - Concessões comuns. Permissões. Lei 8987/95.

3.3 - Parcerias Público Privadas.

##### **Unidade IV - Parcerias Público Privadas.**

4.1 - Origens.

4.2 - PPP's: desenvolvimento do instituto no país; experiências e desafios.

4.3 - Conceito e natureza jurídica.

4.4 - Modalidades.

4.5 - Especificidades do regime jurídico.

#### **Bibliografia básica - Preferentemente as edições mais recentes**

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Parcerias na Administração Pública. Concessão, Permissão, Franquia, Terceirização, Parceria Público-privada e outras formas*. São Paulo: Atlas, 2006.

FERRAZ, Luciano. *Parcerias público-público: contrato de programa e execução de serviços públicos municipais por entidade da administração indireta estadual*. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico (REDAE), Salvador, n. 10, maio/jul. 2007. Disponível em <<http://WWW.direitodoestado.com.br/redae.asp>>.

HORTA, Raul Machado. *Estudos de Direito Constitucional*. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

#### **Bibliografia complementar - Preferentemente as edições mais recentes**

ARAGÃO, Joaquim *et al.* *Parcerias sociais para o desenvolvimento nacional e fatores críticos para o seu sucesso*. Natal: EDUFRRN, 2004.

PINTO E NETTO, Luísa Cristina. *A Contratualização da Função Pública*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

PIRES, Maria Coeli Simões; BARBOSA, Maria Eliza Braz. (Coord.) *Consórcios Públicos Instrumento do Federalismo Cooperativo*. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

SILVA, Marco Aurélio de Barcelos. *Concessão de empreendimentos e contratualização da gestão pública no Brasil: a nova abrangência do regime de concessões no direito administrativo e o marco legal das parcerias público-privadas*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFMG. 2 semestre. 2009.

SOUTO, Marcos Juruena Villela. *Direito Administrativo das parcerias*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

SUNDFELD, Carlos Ari (Coord.). *Parcerias público-privadas*. São Paulo: Malheiros, 2005.

**Disciplina: Estatuto da Cidade**

**Código: DIP 216** | **Departamento: Direito Público**

**Carga horária total: 45 h/a**

**Créditos: 03**

**Período: 6º**

**Ementa**

Estatuto das Cidades. Gestão das cidades. Planejamento urbano.

**Unidades de Ensino**

**Unidade I - Direito urbanístico e a Constituição de 1988.**

1.1 Princípios constitucionais. Legislação estruturante.

**Unidade II - Estatuto das Cidades.**

2.1 Natureza, origens, aplicação.

2.2 Princípios.

2.3 Institutos.

**Unidade III - Operação urbana consorciada.**

3.1 Conceito.

3.2 Participação sociedade civil.

3.3 Benefícios urbanísticos e contrapartida.

3.4 Certificado de potencial adicional construtivo.

3.5 Concessão urbanística.

**Bibliografia básica - Preferentemente as edições mais recentes**

FERNANDES, Edésio.(Coord). *Direito Urbanístico e Política Urbana no Brasil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

FERNANDES,Edésio; ALFONSIN. Betânia. (Coord) *A lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano*. Belo Horizonte: Del Rey,2003.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, v. I.

**Bibliografia complementar - Preferentemente as edições mais recentes**

ALFONSIN, Betânia. *Breve estudo de Direito Urbanístico comparado: Espanha, Brasil e Colômbia*. In: AGRELLI, Vanusa Murta; SILVA, Bruno Campos (Coord). *Direito Urbanístico e Ambiental. Estudos em homenagem ao Professor Toshio Mukai*.Rio de Janeiro:Lumen Juris, 2008.

BOTREL, Karla. *O Plano Diretor, a Constituição e o Estatuto da Cidade*. In: AGRELLI, Vanusa Murta; SILVA, Bruno Campos (Coord). *Direito Urbanístico e Ambiental. Estudos em homenagem ao Professor Toshio Mukai*. Rio de Janeiro:Lumen Juris, 2008.

DALARI, Adilson Abreu; DI SARMO, Daniela Campos Libório. *Direito urbanístico e ambiental*. Belo horizonte: Fórum, 2007.

GASPARINI, Diógenes. *Outorga Onerosa do Direito de Construir*. In: AGRELLI, Vanusa Murta; SILVA, Bruno Campos (Coord). *Direito Urbanístico e Ambiental. Estudos em homenagem ao Professor Toshio Mukai*. Rio de Janeiro:Lumen Juris, 2008.

MATTOS, Liana Portilho. *Estatuto da cidade comentado: Lei nº 10.257, de 10 de junho de 2001*. Organizado por Liana Portilho Mattos. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

PIRES, Maria Coeli Simões. *O papel do Estatuto da Cidade na conformação da propriedade urbana*. Revista Fórum de Direito Urbano e Ambiental, Belo Horizonte, v. 01, n. 01, p. 3-15, 2002.

RODRIGUES, José Eduardo Ramos. *Patrimônio Cultural Imaterial*. In: AGRELLI, Vanusa Murta; SILVA, Bruno Campos (Coord). *Direito Urbanístico e Ambiental. Estudos em homenagem ao Professor Toshio Mukai*. Rio de Janeiro:Lumen Juris, 2008.

**Disciplina: Tributação e Organizações Sociais****CÓIGO: DIP 217****Departamento: Direito Público****Carga horária total: TOTAL 45 H/AULA****CRÉDITOS: 03****PERÍODO: 6º****EMENTA**

Princípios e estrutura do sistema tributário nacional. Responsabilidade das organizações sociais.

**UNIDADES DE ENSINO**

- 1) O Estado Democrático de Direito e os princípios constitucionais tributários.
- 2) Os princípios jurídicos. Distinção entre princípios e regras jurídicas. Características dos princípios jurídicos.
- 3) Os princípios jurídicos tributários.
- 4) Fundamentos do sistema constitucional tributário.
- 5) Princípio do Estado Federal. O "Estado Tributário".
- 6) A segurança tributária.
- 7) Princípio da legalidade. Conceito. Histórico. Exceções. Medidas provisórias. Leis delegadas. Convênios interestaduais. Instrumentos normativos secundários. Princípio da Não-surpresa tributária: anterioridade, anualidade, irretroatividade e espera nonagesimal.
- 9) Anualidade. Conceito. Histórico. Função na Constituição Federal de 1988.
- 10) Anterioridade. Conceito. Histórico. Exceções.
- 11) Irretroatividade. Conceito. Histórico. Irretroatividade própria e imprópria. Irretroatividade no impostos de período. Irretroatividade das decisões judiciais.
- 12) Interpenetração dos princípios constitucionais.
- 13) Princípio da capacidade contributiva. Conceito. Histórico. Aplicação.
- 14) Princípio do não-confisco.
- 15) Princípio da Progressividade. Conceito. Histórico.
- 16) Princípio da Seletividade. Conceito. Aplicação.
- 17) Princípio da destinação das receitas constitucionais.
- 18) Demais princípios: Praticidade, Não discriminação. Não-cumulatividade no ICMS e IPI.
- 19) Imunidades tributárias. Conceito. Distinção entre imunidade e isenção. Espécies de imunidade: Recíproca, das Atividades Políticas, Culturais, Religiosas e Assistenciais. Imunidade dos Livros, Periódicos, Jornais e Papel. Imunidade nas Exportações de bens e serviços. Demais imunidades.
- 20) As espécies de tributos.
- 21) O art. 3º do CTN e a Teoria do tributos vinculados e não-vinculados.
- 22) Os critérios distintivos das espécies tributárias.
- 23) Natureza jurídica das contribuições especiais e dos empréstimos compulsórios.
- 24) Competência tributária.
- 25) Capacidade tributária.
- 26) Formas de Estado. Descentralização legislativa. Federalismo. Divisão de competências tributárias.
- 27) As taxas e contribuições de melhoria.
- 28) Os impostos.  
Competência privativa, comum, residual e extraordinária.
- 29) Responsabilidade Tributária.
- 30) A tributação das OS.
- 31) Responsabilidade Tributária das OS.

**Bibliografia básica - Preferentemente as edições mais recentes**

ATALIBA, GERALDO. *Hipótese de Incidência Tributária*. São Paulo, Malheiros Ed., 1995.

BALEEIRO, Aliomar. atualiz. DERZI, Misabel de Abreu Machado. *Limitações constitucionais ao poder de tributar*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.



MACHADO, Celso Cordeiro. *Princípios Orçamentários e Funções do Estado Moderno*. Belo Horizonte. Tese.

**Bibliografia complementar** - Preferentemente as edições mais recentes

DERZI, Misabel Abreu Machado. *Da Inconstitucionalidade Das Sanções Institucionais Da Lei De Responsabilidade Fiscal*. Revista da ABDT Revista Eletrônica, Rio de Janeiro, v. 17, p. 52-73, 2002.

DERZI, Misabel Abreu Machado. *Modificações da jurisprudência no direito tributário*. São Paulo: Noeses, 2009.

DERZI, Misabel Abreu Machado. *Repartição de receitas tributárias. Finanças públicas e normas gerais orçamentárias*. Revista da Faculdade de Direito da UFMG, BELO HORIZONTE, v. 33, p. 351-402, 1991.

MACHADO, Hugo de Brito. *Os princípios jurídicos da tributação na Constituição de 1988*. 5ª ed. São Paulo: Dialética, 2004.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; NASCIMENTO, Carlos Valder do. (Org.). *Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal*. 3ª ed. SÃO PAULO: SARAIVA, 2008.

TORRES, Ricardo Lobo. *O Orçamento na Constituição*. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.

**Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso I – TCC I**

**Código: DIR 095 | Departamento: Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito**

**Carga horária total: 15 h/a**

**Créditos: 01**

**Período: 6º**

**Ementa**

Conhecimento e níveis de conhecimento. Ciência e Método. Métodos Científicos e técnicas de pesquisa. Pesquisa Teórica e suas modalidades. Pesquisa de Campo e suas modalidades. Projeto de pesquisa. Teoria do planejamento social e planejamento político: a proposição de políticas pública.

**Unidades de Ensino**

**Unidade I – Propedêutica**

- 1.1. Conhecimento. Senso comum e conhecimento científico.
- 1.2. Classificação das ciências quanto aos objetos e quanto aos métodos.

**Unidade II – Metodologia**

- 2.1. Métodos Científicos: indução, dedução, dialética, comparação, método tipológico.
- 2.2. Técnicas científicas: histórica, estatística, funcionalista, estruturalista.
- 2.3. Pesquisa teórica: monografia, revisão bibliográfica.
- 2.4. Pesquisa de campo: generalização, estudo de caso.
- 2.5. Projeto de Pesquisa: Tema (Problema e Hipótese), Justificativa, Objetivos (Geral e Específicos), Metodologia.

**Unidade III – Planejamento Político**

- 3.1. Epistemologia do Planejamento.
- 3.2. Estratégia e planejamento situacional: a estrutura modular do plano.
- 3.3 Os quatro momentos do processo de planejamento situacional: explicativo, normativo, estratégico, tático-operacional.

**Bibliografia básica – Preferencialmente as edições mais recentes**

- DEMO, Pedro. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1995. p. 70-85
- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 15ª ed. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2000. 170 p. Título original: *Como se fa una tesidilaurea*.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia Científica*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000. 289 p.
- YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2005.

**Bibliografia complementar – Preferencialmente as edições mais recentes**

- BRITO, EmídioFontenele de; CHANG, LuizHarding. (Orgs.) *Filosofia e Método*. São Paulo: Loyola, 2002. 154 p.
- DOMINGUES, Ivan. *Epistemologia das Ciências Humanas*. Tomo 1: Positivismo e

Hermenêutica – Durkheim e Weber. São Paulo: Loyola, 2004. 671 p.

FRANÇA, JúniaLessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 8ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p.

KHUN, Thomas S. *A estrutura das Revoluções Científicas*. 6ª ed. Tradução de Beatriz ViannaBoeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2001. 257 p. Título original: *The structure of ScientificRevolutions*.

MATUS, Carlos. *Política, Planejamento & Governo*. Brasília: IPEA, 1996. 02 tomos.

RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 18.ed. Petrópolis: Vozes,. 1995.

**Disciplina: Antropologia Cultural do Estado**

**Código: DIT 080 | Departamento: Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito**

**Carga horária total: 45 h/a**

**Créditos: 03**

**Período: 6º**

**Ementa**

Estado e Cultura. Organizações políticas comparadas. O Estado ocidental frente aos Estados orientais. O problema da universalização da experiência político-jurídica ocidental. Ocidentalismo, multiculturalismo e universalismo.

**Unidades de Ensino**

**Unidade I – Estado e Cultura**

- 1.1. Antropologia cultural, antropologia filosófica e antropologia jurídica: fundamentos de uma antropologia do Estado
- 1.2. Política e Cultura: confluências e intercessões
- 1.3. Direito Comparado e Política Comparada
- 1.4. História do Estado e Antropologia do Estado

**Unidade II – Culturas estatais comparadas**

- 2.1. Organizações políticas primitivas
- 2.2. Bases clássicas do Estado: poder e política na cultura greco-romana
- 2.3. Medievalidade e Cristianismo: da política teológica à teologia política
- 2.4. Marcos centrais do Estado ocidental
- 2.5. O político nas civilizações orientais

**Unidade III – Estado e Civilizações**

- 3.1. Raízes e perfis da cultura estatal ibero-americana e brasileira
- 3.2. Globalização, orientalismo, universalismo e multiculturalismo: desafios ao Estado de Direito
- 3.3. Geopolítica, Geodireito e conflitos civilizacionais contemporâneos

**Bibliografia básica** – Preferentemente as edições mais recentes

BRAUDEL, Fernand. *Gramática das Civilizações*. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CHACON, Vamireh. *A Grande Ibéria; convergências e divergências de uma tendência*. São Paulo, Brasília: EdUNESP, Paralelo 15, 2005.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. V. I. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima, S.J. *Escritos de Filosofia III: Filosofia e Cultura*. São Paulo: Loyola, 1997.

**Bibliografia complementar** – Preferentemente as edições mais recentes

DENNING, Michael. *A Cultura na Era dos Três Mundos*. Trad. Cid Knipel. São Paulo: Francis, 2005.

EAGLETON, Terry. *A Idéia de Cultura*. Trad. Sandra Castello Branco. São Paulo: UNESP, 2005.

HELD, D. *Democracy and the Global Order: From the Modern State to Cosmopolitan Governance*. Polity Press, Cambridge, 1995.

HUNTINGTON, Samuel P. *O Choque de Civilizações; e a Recomposição da Ordem Mundial*. Trad. M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

LOSANO, Mario Giuseppe. *Os Grandes Sistemas Jurídicos*. Trad. Marcela Varejão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

**Disciplina: Teoria da Empresa**

**Código: DIC 083 | Departamento: Direito Civil e Comercial**

**Carga horária total: 45 h/a**

**Créditos: 03**

**Período: 7º**

**Ementa**

Empresa, Empresário, Propriedade, Regime da Concorrência, Proteção ao Consumidor. Política de Incentivo às Pequenas e Médias Empresas e Governança Social.

**Unidades de Ensino**

**Unidade I – Empresa e Empresário no Direito Brasileiro: evolução histórica e caracterização.**

**Unidade II – Empresário Individual.**

**Unidade III – Teoria Geral do Direito Societário: constituição, classificação, regime jurídico e dissolução.**

**Unidade IV – Sociedade Limitada e Sociedade Anônima: análise comparativa e características essenciais**

**Unidade V – Aspectos fundamentais da regulação do Mercado de Capitais e de Valores Mobiliários.**

**Unidade VI – Relações intersocietárias: grupos de sociedades, consórcios de empresas e demais modalidades de parcerias empresariais.**

**Unidade VII – incorporação, fusão, cisão e transformação de sociedades: disciplina legal e a proteção aos acionistas minoritários.**

**Unidade VIII – Configuração legal e regime jurídico das microempresas e empresas de pequeno porte.**

**Unidade IX – Regulação da crise econômica da empresa: a falência.**

**Unidade X - Recuperação judicial e extrajudicial de empresas no direito brasileiro.**

**Unidade XI – Proteção da Ordem Econômica e da Concorrência.**

**Unidade XII – Atividade empresarial e os direitos do Consumidor.**

**Unidade XIII – Regime jurídico da propriedade e suas implicações na organização e exercício da atividade empresarial**

**Bibliografia básica** – Preferentemente as edições mais recentes

BERTOLDI, Marcelo M. RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. *Curso Avançado de Direito Comercial*. Ed. Revista dos Tribunais. São Paulo.

COELHO, Fábio Ulhôa. *Manual de Direito Comercial - Direito de Empresa*. Ed. Saraiva. São Paulo.

FUZA, César Augusto de Castro. *Direito Civil – Curso Completo*. Ed. Del Rey. Belo Horizonte.

PIMENTA, Eduardo Goulart. *Joint Ventures – Contratos de Parceria Empresarial no Direito Brasileiro*. Ed. Juarez de Oliveira. São Paulo. 2005.

**Bibliografia complementar** – Preferentemente as edições mais recentes

FAZZIO JÚNIOR. Waldo. *Manual de Direito Comercial*. Ed. Atlas. São Paulo.

MACHADO. Rubens Aprobato. *Comentários à Nova Lei de Falência e Recuperação de Empresas*. Ed. Quartier Latin. São Paulo. 2005.

PIMENTA. Eduardo Goulart. *Recuperação de Empresas*. Ed. IOB –Thomson. 2006.

PINHEIRO. Juliano Lima. *Mercado de Capitais – fundamentos e técnicas*. 3ª edição. Ed. Atlas. São Paulo. 2005.

TEIXEIRA, Egberto Lacerda; GUERREIRO, José Alexandre Tavares. *Das sociedades anônimas no direito brasileiro*. São Paulo: José Bushatsky, 1979.

**Disciplina: Teoria Comparada do Estado**

**Código: DIP 218** | **Departamento: Direito Público**

**Carga horária total: 45 h/a**

**Créditos: 03**

**Período: 7º**

**Ementa**

O Estado em suas manifestações contemporâneas: organizações constitucionais comparadas. Formas de Estado, formas de governo e sistemas de governo no Direito comparado.

**Unidades de Ensino**

**Unidade 1 – O Estado em suas manifestações contemporâneas: organizações constitucionais comparadas**

1.1 – Uma introdução ao estudo da teoria comparada do Estado

1.2 – Formas de Estado, formas de governo e sistemas de governo no Direito comparado.

**Unidade 2 – Formas de Estado**

2.1 - Unitário

2.2 - Regional

2.3 - Federal

2.4 – Confederações e Comunidades de Estados

**Unidade 3 – Formas de Governo**

3.1 – Formas de governo antigas e modernas

3.2 – Democracias e autocracias

**Unidade 4 – Sistemas de governo**

4.1 – Diretório

4.2 – Parlamentarismos republicano e monárquico

4.3 – Presidencialismo republicano

**Bibliografia básica** – Preferentemente as edições mais recentes

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 2 vol. Brasília: UnB.

BOBBIO, Norberto. A teoria das formas de governo. Brasília: Unb.

DOMINGUES, José Maurício. *A América Latina e a modernidade contemporânea*. Belo Horizonte: UFMG.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

**Bibliografia complementar** – Preferentemente as edições mais recentes

ANASTASIA, Fátima e AVRITZER, Leonardo (orgs.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG.

KELSEN, Hans. Teoria Geral do Direito e do Estado. São Paulo: Martins Fontes.

LUCAS VERDÚ, Pablo. Curso de derecho político. Madri: Tecnos.

MELO, Carlos Ranufo e SÁEZ, Manuel Alcântara (orgs.) *A democracia brasileira*. Belo Horizonte, UFMG.

STRECK, Lenio Luiz e MORAIS, José Luis Bolzan de. Ciência Política e Teoria do Estado. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

**Disciplina: Direito e Orçamento Público**

**CÓIGO: DIP 219**

**Departamento: Direito Público**

**Carga horária total: 45 H/AULA**

**CRÉDITOS: 03**

**PERÍODO: 7º**

**EMENTA**

Princípios constitucionais do direito orçamentário. Competências legislativas orçamentárias na ordem constitucional brasileira. Direito orçamentário.

**UNIDADES DE ENSINO**

**Unidade I - Princípios e normas fundamentais de Direito Financeiro.**

- 1.1 Conceito de Direito Financeiro.
- 1.2 Federalismo e Estado Democrático de Direito. Reflexos no Direito Financeiro.
- 1.3 Normas Gerais de Direito Financeiro e de Direito Tributário.
- 1.4 Normas e princípios fundamentais disciplinadores da receita, da despesa, do crédito público e do orçamento.

**Unidade II - Princípios Constitucionais Orçamentários, controle e fiscalização contábil financeira.**

- 2.1 Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual.
- 2.2 Princípios orçamentários da Constituição: legalidade; periodicidade; planejamento e programação dentro de um sistema integrado (compatibilidade e continuidade); universalidade (contabilização pelo bruto e proibição de afetação da receita de impostos); exclusividade; especificidade; vedação de estorno; unidade; quantificação e especificação da despesa; controle das isenções, subsídios, anistias, benefícios.
- 2.3 Controle e fiscalização financeira e orçamentária. O papel dos Tribunais de Contas.

**Unidade III - Orçamentos Públicos Contemporâneos**

- 3.1 Novas Tendências Orçamentárias.
- 3.2 Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 3.3 A Boa Gestão Administrativa Tributária. Princípios Fundamentais.

**Unidade IV - O Conceito de Tributo e as Grandes Espécies Tributárias na Constituição**

- 4.1 Espécies Tributárias na Constituição. Impostos. Taxas. Contribuição de Melhoria. Contribuições Especiais. Empréstimo Compulsório.

**Bibliografia básica** – Preferentemente as edições mais recentes

BALEEIRO, Aliomar. atualiz. DERZI, Misabel de Abreu Machado. *Direito Tributário Brasileiro*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. *Curso de Direito Financeiro*. 2ª ed. São Paulo. Revista dos Tribunais. 2009.

SPAGNOL, Werther Botelho, *As contribuições sociais no direito brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

**Bibliografia complementar** – Preferentemente as edições mais recentes

ATALIBA, Geraldo. *Apontamentos de Ciência das Finanças, Direito Financeiro e Tributário*. São Paulo, Ed. RT, 1969.

BALEEIRO, Aliomar. Atualiz. CAMPOS, Djalma de. *Uma Introdução à Ciência das Finanças*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.



CARVALHO PINTO. *Normas Gerais de Direito Financeiro. Finanças em Debate I*. Rio de Janeiro, Ed. Financeira, s.d.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. *Comentários à Constituição de 1988: Sistema tributário*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

DERZI, Misabel Abreu Machado. *Repartição de receitas tributárias. Finanças públicas e normas gerais orçamentárias*. Revista da Faculdade de Direito da UFMG, BELO HORIZONTE, v. 33, p. 351-402, 1991.

TORRES, Ricardo Lobo. *O Orçamento na Constituição*. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.

**Disciplina: Direito e Urbanização**

**Código: DIP 220 | Departamento: Direito Público**

**Carga horária total: 45 h/a**

**Créditos: 03**

**Período: 7º**

**Ementa**

Princípios constitucionais e urbanização. Direito urbanístico.

**Unidades de Ensino**

**Unidade I - Fenômeno da urbanização e paradigmas jurídicos: problemas e desafios.**

- 1.1 Papel do estado e da Administração Pública.
- 1.2 Atuação da sociedade civil.

**Unidade II - Direito urbanístico.**

- 2.1 Conceito e objeto.
- 2.2 A tensão entre o público e o privado.
- 2.3 Princípios: princípio da função social da propriedade; princípio de que o urbanismo é função pública; princípio da conformação da propriedade urbana; princípio da coesão dinâmica das normas urbanísticas; princípio da afetação das mais-valias ao custo da urbanização; princípio da justa distribuição dos benefícios e ônus derivados da atuação urbanística; regime jurídico administrativo, etc. Planos urbanísticos e seus princípios: legalidade e limitação da discricionariedade administrativa, homogeneidade da planificação, tipicidade dos planos urbanísticos, obrigação de planificação, igualdade, etc.
- 2.4 Distribuição constitucional de competências.

**Unidade III - Planejamento urbano**

- 3.1 Planos urbanos: municipais, estaduais (regionais), nacionais e metropolitanos. Conflito de diretrizes e normas.
- 3.2 Processos de elaboração e aprovação dos planos.
- 3.3 Organização administrativa. Execução: métodos e institutos.

**Unidade IV - Direito urbanístico: poder de polícia e regulação.**

- 4.1 Restrições urbanísticas à propriedade privada.
  - 4.1.1 Natureza jurídica das limitações administrativas urbanísticas.
  - 4.1.2 Servidões urbanísticas.
  - 4.1.3 As desapropriações urbanísticas.
  - 4.1.4 O uso e a ocupação do solo urbano.
  - 4.1.5 A delimitação da zona urbana.
  - 4.1.6 Zoneamento industrial e proteção ambiental.
  - 4.1.7 Traçado urbano.
  - 4.1.8 Equipamentos urbanos.
  - 4.1.9 Faixa *non aedificandi*
  - 4.1.10 Concessão de direito real de uso.
    - 4.1.11 O loteamento.
    - 4.1.12 Loteamento e condomínios fechados.
    - 4.1.13 Circulação urbana e transporte municipal
    - 4.1.14 Utilização dos bens públicos.
    - 4.1.15 Controle das construções.
    - 4.1.16 Poluição visual e estética da cidade.
    - 4.1.17 Utilização do subsolo dos municípios e instalação de postes.
  - 4.2 Direito urbanístico e patrimônio histórico cultural.
    - 4.2.1 Patrimônio histórico cultural. Tutela. Instituições responsáveis. Participação popular.
    - 4.2.2 Mecanismos de tutela. Tombamento. Desapropriação. Inventário.

**Bibliografia básica** – Preferentemente as edições mais recentes

ALVES, Alaôr Caffé. Planejamento metropolitano e autonomia municipal no direito brasileiro. São Paulo: José Bushatsky, 1981.

DALARI, Adilson Abreu; DI SARMO, Daniela Campos Libório. Direito urbanístico e ambiental. Belo horizonte: Fórum, 2007.

**Bibliografia complementar** – Preferentemente as edições mais recentes

Botrel, Karla. O Plano Diretor, a Constituição e o Estatuto da Cidade. In: AGRELLI, Vanusa Murta; SILVA, Bruno Campos (Coord). Direito Urbanístico e Ambiental. Estudos em homenagem ao Professor Toshio Mukai). Rio de Janeiro:Lumen Juris, 2008.

MUKAI, Toshio. Temas atuais de Direito Urbanístico e Ambiental. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

MUKAI, Toshiro Sylvio. Regularização fundiária urbana sustentável e o direito à moradia. In: AGRELLI, Vanusa Murta; SILVA, Bruno Campos (Coord). Direito Urbanístico e Ambiental. Estudos em homenagem ao Professor Toshio Mukai. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

RODRIGUES, José Eduardo Ramos. Patrimônio Cultural Imaterial. In: AGRELLI, Vanusa Murta; SILVA, Bruno Campos (Coord). Direito Urbanístico e Ambiental. Estudos em homenagem ao Professor Toshio Mukai. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

SANT'ANNA, Mariana. Estudo de impacto de vizinhança – instituto de garantia da qualidade de vida dos cidadãos. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

TEIXEIRA, Ana Carolina Wanderley. Região metropolitana. Instituição e gestão contemporânea. Dimensão participativa. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

**DISCIPLINA: DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO**

**CÓDIGO: DIT 081** | **Departamento: Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito**

**Carga horária total: 45 H/AULA**

**CRÉDITOS: 03**

**PERÍODO: 7º**

**EMENTA**

Princípios do Direito Internacional do Trabalho. Organização Internacional do Trabalho: estrutura e convenções internacionais. Cláusulas e garantias sociais e comércio internacional

**UNIDADES DE ENSINO**

Formação histórica do Direito internacional do Trabalho. Princípios do direito internacional do trabalho. Organização Internacional do Trabalho. Convenções e Recomendações da Organização Internacional do Trabalho; teoria geral, convenções prioritárias e convenções ratificadas pelo Brasil. Sindicalismo Internacional. Cláusulas e garantias sociais e comércio internacional

**UNIDADES DE ENSINO**

**Unidade I - Formação histórica do Direito internacional do Trabalho**

- 1.1. Posição histórica do Direito Internacional do Trabalho - seu momento próprio;
- 1.2. Supostos históricos: universalização do trabalho livre, difusão do modo de produção capitalista e concorrência internacional.
- 1.3. Fases históricas do Direito Internacional do Trabalho
  - 1.3.1. Manifestações oficiais de favorecimentos ao surgimento do Direito Internacional do trabalho
  - 1.3.2. A proteção ao trabalho como destaque na agenda internacional: os primeiros congressos internacionais e criação de organismos internacionais privados
    - 1.3.2.1. - A primeira internacional e os congressos internacionais operários de caráter socialista
    - 1.3.2.2. -Associação Internacional para a Proteção Legal dos Trabalhadores
    - 1.3.2.3.-As conferências internacionais e as primeiras convenções internacionais de proteção ao trabalho
  - 1.3.3. Criação da Organização Internacional do Trabalho
  - 1.3.4. Globalização econômica e o Direito Internacional do Trabalho: desafios

**Unidade II - Princípios Estruturais do Direito Internacional do Trabalho**

- 2.1 Princípio da Universalidade
  - 2.1.1 Universalidade e multiculturalismo
  - 2.1.2 Universalidade e diversidade de desenvolvimento econômico
  - 2.1.3 Universalidade e particularismos regionais
  - 2.1.4 Universalidade e flexibilização das normas internacionais
- 2.2 princípio do diálogo social
  - 2.2.1 O Tripartidismo na estrutura da Organização Internacional do Trabalho
  - 2.2.2 Diálogo social e reflexos no plano nacional
- 2.3 Princípio da efetividade
  - 2.3.1 O princípio da efetividade; métodos peculiares ao Direito Internacional do Trabalho
- 2.4 Princípio da vedação do Retrocesso Social

**Unidade III - Organização Internacional do Trabalho**

- 3.1 – Finalidades constitucionais
- 3.2 – Estados membros
- 3.3 – Estrutura: órgãos e competência

#### **Unidade IV - Convenções e Recomendações da Organização Internacional do Trabalho: teoria geral**

4.1 Convenções, Recomendações e Resoluções da Organização Internacional do Trabalho: definição, distinções, procedimentos, classificações, relações com o ordenamento jurídico nacional.

4.2 Convenções da Organização Internacional do Trabalho:

4.2.1 vigência

4.2.1.1 ato-condição: ratificação

4.2.1.1 denúncia

4.2.2 posição hierárquica

4.2.3 controle de aplicação

#### **Unidade V - Convenções da Organização Internacional do Trabalho**

5.1 Convenções prioritárias

5.1.1 Declaração de Direitos Fundamentais do Trabalhador de 1998

5.2 Outras Convenções da Organização Internacional do Trabalho ratificadas pelo Brasil

#### **Unidade VI - Sindicalismo Internacional**

#### **Unidade VII - Cláusulas e garantias sociais e comércio internacional**

##### **Bibliografia básica** – Preferentemente as edições mais recentes

BARZOTTO, Luciane Cardoso. *Direitos humanos e trabalhadores: atividade normativa da Organização Internacional do Trabalho e os limites do direito*. Porto Alegre: livraria do advogado, 2007.

LOPES, Mônica Sette (coord.) *O Direito do Trabalho e o Direito Internacional*. São Paulo: LTr, 2005.

TRINDADE, A. A. Cançado. *A proteção dos Direitos Humanos no plano nacional e internacional: perspectivas brasileiras*. Brasília: F. Naumann.

##### **Bibliografia complementar** – Preferentemente as edições mais recentes

PLÁ Rodríguez, Américo. *Los convenios internacionales del trabajo*. Montevideu: Martín Bianchi Altuna, 1965.

SUSSEKIND, Arnaldo. *Direito Internacional do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2002.

TRINDADE, A. A. Cançado. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*. 2. Ed. Porto Alegre: Fabris.

VALTICOS, Nicolas. *Droit International du Travail*. Paris: Dalloz, 1970.

VON POTOBOSKY, Geraldo; LA CRUZ, Bartolomei; Héctor G. *La Organización Internacional del Trabajo*. Buenos Aires: Astrea, 1990.

**DISCIPLINA: TRABALHO E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS**

**CÓDIGO: DIT 082** | Departamento: Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito

**Carga horária total: 45 H/AULA**

**CRÉDITOS: 03**

**PERÍODO: 7º**

**EMENTA**

O Direito do Trabalho e as entidades do terceiro setor. Origem e Evolução do Direito do Trabalho. Caracterização do Direito do Trabalho. Princípios de Direito do Trabalho. Prescrição e decadência. Direito Individual do Trabalho: Gestão Trabalhista para o Terceiro Setor. Noções de direito coletivo.

**UNIDADES DE ENSINO**

**Unidade I - O Direito do Trabalho e as entidades do terceiro setor**

1.1 A importância do Direito do Trabalho para as entidades do terceiro setor.

**Unidade II - Origem e Evolução do Direito do Trabalho**

2.1 Fundamentos e formação histórica

2.2 Evolução do Direito do Trabalho no tempo, no Brasil e no mundo.

2.3. Crise Flexibilização e Desregulamentação

**Unidade III - Caracterização do Direito do Trabalho**

2.1 Conteúdo do Direito do Trabalho.

2.2 Limites e contradições do Direito do Trabalho

2.3 Fontes formais e fontes materiais

**Unidade IV - Princípios de Direito do Trabalho**

4.1 Conceito e Classificação. Importância na área trabalhista;

4.2 Princípios gerais do direito aplicáveis ao ramo trabalhista;

4.3 Princípios específicos do Direito Individual do Trabalho;

**Unidade V - Prescrição e decadência.**

5.1 Conceitos, comparações e distinções;

5.2 Decadência no Direito do Trabalho;

5.3 Prescrição: fatores impeditivos, suspensivos e interruptivos - aplicação no Direito do Trabalho;

5.4 Prescrição trabalhista: regras e casos específicos.

**Unidade VI - 6 Direito Individual do Trabalho: Gestão Trabalhista para o Terceiro Setor**

6.1 Relação de trabalho e Relação de emprego

6.2 Sujeitos da relação empregatícia: empregado e empregador.

6.3 Admissão, contratação de terceiros, terceirização

6.4 Jornada de trabalho, intervalos, repousos

6.5 Modalidades do Contrato de Trabalho

6.6 Direitos do Trabalhador

6.7 Salário

6.8 Extinção Contratual

**Unidade VII - Noções de direito coletivo**

7.1 Sindicato

7.2 Liberdade sindical e atos antissindiciais.

7.3 Negociação coletiva; Convenções e acordos

7.4 Greve

**Bibliografia básica** – Preferentemente as edições mais recentes

BARROS, Alice Monteiro.(Coord.) *Curso de Direito do Trabalho. Estudos em homenagem a Célio Goyatá*. 3a. edição. São Paulo: Editora LTr.

GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo: Editora LTr. Revisão feita por José Augusto Rodrigues Pinto.

SUSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANA, Segadas; TEIXEIRA FILHO, João de Lima. *Instituições de Direito do Trabalho*. 20a. edição. São Paulo: Editora LTr.

<b>Bibliografia complementar</b> – Preferentemente as edições mais recentes
---

BARROS, Alice Monteiro. *Contratos e Regulamentações Especiais de Trabalho*. São Paulo: Editora LTr, 2001.

GIGLIO, Wagner. *Justa Causa*. São Paulo: Editora LTr.

MAGANO, Octavio Bueno. *Direito do Trabalho* - 4 volumes. São Paulo: Editora LTr.

NASCIMENTO, Amaury Mascaro. *Iniciação ao Direito do Trabalho*. São Paulo: Editora LTr.

SENA, Adriana Goulart. *Sucessão*. São Paulo: Editora LTr.

SILVA, Antônio Alvares da. *Convenção Coletiva de Trabalho*. São Paulo: Editora LTr.

VIANNA, Márcio Túlio. *O Direito de Resistência*. São Paulo: Editora LTr.

**DISCIPLINA: Métodos de Resolução de Conflitos**

**CÓDIGO: DIC 084**

**Departamento: Direito Civil e Comercial**

**Carga horária total: 45 H/AULA**

**CRÉDITOS: 03**

**PERÍODO: 8º**

**EMENTA**

Acesso à Justiça. Princípios processuais constitucionais e legais. Mediação, Conciliação e Arbitragem. Dinâmica e metodologia.

**UNIDADES DE ENSINO**

**Unidade I – Acesso à Justiça**

- 1.1 História do Processo, enquanto meio de promover a jurisdição para se alcançar a justiça
- 1.2 Natureza da jurisdição
- 1.3 Exercício da jurisdição
- 1.4 Garantia constitucional de acesso à Justiça
- 1.5 Justiça pública e privada: o sistema de multiportas

**Unidade II – Princípios processuais constitucionais e legais**

- 2.1 Princípio do devido processo legal
- 2.2 Princípio da isonomia
- 2.3 Princípio do contraditório e da ampla defesa
- 2.4 Princípio do juiz natural
- 2.5 Princípio da inafastabilidade da jurisdição
- 2.6 Princípio da publicidade dos atos processuais
- 2.7 Princípio da motivação das decisões
- 2.8 Princípio do duplo grau de jurisdição
- 2.9 Princípio da proibição da prova ilícita
- 2.10 Princípio da Imparcialidade do Juiz
- 2.11 Princípio do Estado de Inocência
- 2.12 Princípio da Assistência Judiciária Gratuita
- 2.13 Princípio da Obrigatoriedade e da Oficialidade

**Unidade III – Meios alternativos de solução de conflitos**

- 3.1 Conciliação: dogmática, dinâmica e metodologia
- 3.2 Mediação: dogmática, dinâmica e metodologia
- 3.3 Arbitragem: dogmática, dinâmica e metodologia
- 3.4 Outros meios: dogmática, dinâmica e metodologia

**Bibliografia básica** – Preferentemente as edições mais recentes

CALMON, Petrônio. *Fundamentos da Mediação e da Conciliação*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

CORREIA, Marcus Orione G. *Teoria geral do processo*. 5. ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

**Bibliografia complementar** – Preferentemente as edições mais recentes

ALVIM, J.E. Carreira. *Teoria geral da arbitragem de direito interno brasileiro*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000.

CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo*. São Paulo: Malheiros, 1998.

FREEDMAN, Michael. *Alternative dispute resolution*. New York: University Press, 1984.

RODRIGUES JÚNIOR, Walsir Edson. *Mediação de conflitos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

SERPA, Maria de Nazareth. *Teoria e prática da mediação de conflitos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.

WARRAT, Luis Alberto *et al.* *Em nome do acordo*. Buenos Aires: ALMED, 1998.



**Disciplina: Direito Comparado da Integração**

**Código: DIP 221** | **Departamento: Direito Público**

**Carga horária total: 45 h/a**

**Créditos: 03**

**Período: 8º**

**Ementa**

História comparada dos processos de integração. Os dispositivos constitucionais de integração no Direito brasileiro. Princípios de Direito Comunitário. MERCOSUL: estrutura e perspectivas.

**Unidades de Ensino**

**Unidade 1 – Os processos de integração econômica, cultural e política no direito e na política comparados. Sistemas de integração.**

**Unidade 2 – Os princípios e objetivos constitucionais de integração no Direito brasileiro.**

**Unidade 3 – Princípios de Direito da Integração.**

**Unidade 4 – MERCOSUL: história, estrutura e perspectivas.**

**Bibliografia básica** – Preferentemente as edições mais recentes

CAMPOS, João Mota de. Manual de Direito Comunitário. Lisboa: FCG.

PIMENTEL, L. O. (Org.). Direito da Integração. Curitiba: Juruá.

SILVA, R. L. Direito Comunitário e da Integração. Belo Horizonte: Del Rey.

**Bibliografia complementar** – Preferentemente as edições mais recentes

ALMEIDA, P.R. de. *O MERCOSUL no contexto regional e internacional*. São Paulo: Aduaneiras.

GORJÃO-HENRIQUES, Miguel. Direito Comunitário. Coimbra: Almedina.

MACHADO, J. B. Mercosul: processo de integração. Origem, evolução e crise. São Paulo: Aduaneiras.

SILVA, R. L. A Soberania Estatal no contexto jurídico da União Européia - UE e do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL. In: Wilhelm Hofmeister; Franklin Trein. (Org.). Anuário Brasil - Europa 2002. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

SILVA, R. L. Direito de Integração do Mercosul, Direito Comunitário. In: Carlos Valder do Nascimento; Geraldo Magela Alves. (Orgs.). ENCICLOPÉDIA DO DIREITO BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Forense.

**DISCIPLINA: Controle da Administração Pública**

**CÓDIGO: DIP 222**

**Departamento: Direito Público**

**Carga horária total: 45 H/AULA**

**CRÉDITOS: 03**

**PERÍODO: 8º**

**EMENTA**

Controle interno e externo. Controle legislativo e jurisdicional. Controle democrático-participativo da Administração Pública e cidadania.

**UNIDADES DE ENSINO**

**Unidade I - Função administrativa. Características e regime jurídico.**

**Unidade II - Teoria do ato administrativo.**

- 2.1 Conceito, atributos, elementos.
- 2.2 Vinculação e discricionariedade administrativa.

**Unidade III - Relevância do Controle.**

- 3.1 Controle e Estado Democrático de Direito.
- 3.2 Controle e defesa direitos subjetivos públicos.
- 3.3 Motivação da atividade administrativa.

**Unidade IV - Modalidades de controle.**

- 4.1 Controle interno e controle externo.
  - 4.1.1 Controle interno: Princípios da tutela e autotutela. Mecanismos de controle interno.
  - 4.1.2 Controle externo: controle exercido pelo Poder Legislativo; controle pelo Tribunal de Contas e controle jurisdicional.
- 4.2 Controle político e controle de legalidade.
- 4.3 Controle popular.

**Unidade V - Controle exercido pelo Poder Legislativo.**

- 5.1 Sustação de atos e contratos do Poder Executivo.
- 5.2 Convocação de ministros e requerimento de informações.
- 5.3 Comissões parlamentares de Inquérito.
- 5.4 Julgamento de contas do executivo.
- 5.5 Impeachment do Presidente ou de Ministros
- 5.6 Aprovações ou autorizações do Congresso necessárias para atos concretos do Executivo.

**Unidade VI - Controle pelo Tribunal de Contas**

- 6.1 Natureza. Composição.
- 6.2 Atribuições constitucionais.
- 6.3 Natureza do controle.

**Unidade VII - Controle Jurisdicional.**

- 7.1 Princípio da legalidade.
- 7.2 Vinculação e Discricionariedade administrativa.
  - 7.2.1 Modalidades de vinculação administrativa.
  - 7.2.2 Hipóteses relevantes de vinculação administrativa: Conceitos jurídicos indeterminados; atos de governo; regulação técnica; atos regulamentares.
- 7.3 Limites do controle jurisdicional.
- 7.4 Ações constitucionais: mandado de segurança; ação popular; habeas data; ação civil pública; mandado de injunção, outras.
- 7.5 Súmula vinculante e controle da Administração Pública.
- 7.6 Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público.

**Unidade VIII - Políticas Públicas e controle jurisdicional.**

- 8.1 Políticas públicas: conceito.

8.2 Possibilidades, limites e riscos do controle jurisdicional.

8.2.1 Teorias: eficácia das normas constitucionais; teoria do mínimo existencial; teoria reserva do possível; outras.

## **Unidade IX - Controle popular.**

### **Bibliografia básica** – Preferentemente as edições mais recentes

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. *Jurisdição e hermenêutica constitucional no Estado Democrático de Direito: um ensaio de teoria da interpretação enquanto teoria discursiva da argumentação jurídica de aplicação*. In: CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade (Coord.). *Jurisdição e Hermenêutica constitucional*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

FREITAS, Juarez. *O Controle dos Atos Administrativos e os princípios fundamentais*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

### **Bibliografia complementar** – Preferentemente as edições mais recentes

ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. *Motivação e Controle do Ato Administrativo*. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

BINENBOJM, Gustavo. *Uma teoria do direito administrativo: direitos fundamentais, democracia e constitucionalização*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

FAGUNDES, Miguel Seabra. BINENBOJM, Gustavo (Atualizador.). *O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

FERRAZ, Luciano. *Novas formas de participação na administração pública: conselhos e gestores de políticas*. Revista Gestão Pública e Controle Externo, v. 1, n. 1, Nov. 2005.

GORDILLO, Agustín. *Tratado de Derecho Administrativo*. 7. ed. Tomo I. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

**Disciplina: Direito e Meio Ambiente**

**Código: DIP 223** | **Departamento: Direito Público**

**Carga horária total: 45 h/a**

**Créditos: 03**

**Período: 8º**

**Ementa**

Princípios constitucionais de proteção ao meio ambiente. Garantias constitucionais e instrumentos processuais individuais e coletivos de proteção ao meio ambiente. Federalismo, proteção ao meio ambiente e políticas sociais.

**Unidades de Ensino**

**Unidade 1 – História do Direito Ambiental no Brasil.**

**Unidade 2 – Princípios e garantias constitucionais de proteção ao meio ambiente.**

**Unidade 3 - Política Nacional do Meio Ambiente.**

3.1 - Sistema Nacional do Meio Ambiente;

3.2 - Licenciamento ambiental;

3.3 - Responsabilidade por dano ao meio ambiente.

**Unidade 4 - Proteção da fauna e da flora.**

**Unidade 5 - Espaços especialmente protegidos.**

**Unidade 6 - A gestão das águas.**

**Unidade 7 - Aspectos jurídicos da poluição.**

7.1 - Poluição do solo; Poluição das águas;

7.2 - Poluição atmosférica.

**Bibliografia básica** – Preferentemente as edições mais recentes

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Manual de Direito Ambiental*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Malheiros.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Ação civil pública*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

**Bibliografia complementar** – Preferentemente as edições mais recentes

BARACHO JÚNIOR, José Alfredo de Oliveira. *Responsabilidade Civil por Dano ao Meio Ambiente*. Belo Horizonte: Del Rey.

BARACHO JÚNIOR, José Alfredo de Oliveira. *Proteção do Meio Ambiente na Constituição da República*. Belo Horizonte: Forum.

DAIBERT, Arlindo. *Direito Ambiental Comparado*. Belo Horizonte: Forum, 2008.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. *Princípios do Direito Processual Ambiental*. São Paulo: Saraiva.

**Disciplina: Filosofia do Estado**

**Código: DIT 083 | Departamento: Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito**

**Carga horária total: 45 h/a**

**Créditos: 03**

**Período: 8º**

**Ementa**

Justificações filosóficas do Estado. Crítica e crise do Estado. Perspectivas do Estado de Direito.

**Unidades de Ensino**

**Unidade I – O nascimento do político**

- 1.1. Política e natureza no pensamento pré-socrático
- 1.2. A cisão physis-nomos e o nascimento do Ocidente na sofística
- 1.3. Pensamento político platônico
- 1.4. Pensamento político aristotélico
- 1.5. Legado helênico para o Estado ocidental

**Unidade II – Filosofia da Liberdade**

- 2.1. Fundamentos axiológicos do Direito e do Estado
- 2.2. Pessoa e sujeito de direito: os direitos fundamentais
- 2.3. Teoria generacional dos direitos fundamentais
- 2.4. Filosofia dos direitos humanos

**Unidade III – Filosofia do Poder**

- 3.1. Estado, poder e soberania, de Maquiavel a Bodin
- 3.2. Poder e poderes do Estado, de Locke a Hegel
- 3.3. Teoria contemporânea dos poderes e funções do Estado
- 3.4. Dimensões estratégicas do debate jurídico-político

**Unidade IV – Crise e perspectivas do Estado**

- 4.1. Estado nacional: projeto e crítica
- 4.2. Estado universal: a perspectiva cosmopolita
- 4.3. O futuro do Estado

**Bibliografia básica** – Preferentemente as edições mais recentes

BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral da Política*; a filosofia política e as lições dos clássicos. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A Idéia de Justiça em Hegel*. São Paulo: Loyola, 1996.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A Idéia de Justiça no mundo contemporâneo*; fundamentação e aplicação do Direito como maximum ético. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

**Bibliografia complementar** – Preferentemente as edições mais recentes

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 11. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. *As grandes obras políticas*; de Maquiavel a nossos dias. Trad. Lydia Christina. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. *História do Pensamento Político*. T.2: O declínio do Estado-Nação monárquico. Trad. Alvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

LAFER, Celso. *A Reconstrução dos Direitos Humanos*; um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MONCADA, L. Cabral de. *Filosofia do Direito e do Estado*; V. I, parte histórica. São Paulo: Saraiva, 1950.

**Disciplina: Filosofia Social**

**Código: DIT 084 | Departamento: Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito**

**Carga horária total: 45 h/a**

**Créditos: 03**

**Período: 8º**

**Ementa**

Filosofia e teorias da sociedade. Tempo social e sociedade de risco. Teorias contemporâneas da Justiça política e social.

**Unidades de Ensino**

**Unidade I – Crítica contemporânea da razão moderna**

- 1.1. Ontologia fundamental e o esquecimento do ser
- 1.2. Psicanálise: o sujeito entre desejo e liberdade
- 1.3. Dialética do esclarecimento: nascimento da teoria crítica
- 1.4. Reviravolta pragmático-linguística da Filosofia: a “descoberta” da intersubjetividade

**Unidade II – Filosofia Social e Tempo**

- 2.1. Estatuto do tempo presente: modernidade, pós-modernidade, contemporaneidade?
- 2.2. Ceticismo e “hiper-modernidade”: esquecimento e efemeridade
- 2.3. Teoria da relatividade: tempo físico e tempo metafísico
- 2.4. Tempo histórico: temporalidade, historicidade e ser no tempo

**Unidade III – Da pós-modernidade ao pós-colonialismo: uma filosofia social para o “terceiro” mundo**

- 3.1. Direitos humanos numa dimensão intercultural
- 3.2. Filosofia ambiental e o paradigma da sustentabilidade
- 3.3. Redistribuição econômica e as globalizações contra-hegemônicas
- 3.4. Identidades, multi-culturalismo, fundamentalismo

**Unidade IV – A reinvenção do Estado e da sociedade civil**

- 4.1. Estado plurinacional
- 4.2. Territorialização e Desterritorialização
- 4.3. Soberania, comunidades comuns, internacionalização

**Bibliografia básica – Preferentemente as edições mais recentes**

- ANDERSON, Perry. As origens da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento. São Paulo: Edições 34, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez.
- SOUSA, José Crisóstomo de (org.). Filosofia, racionalidade, democracia: os debates Rorty & Habermas. São Paulo: Unesp.

**Bibliografia complementar – Preferentemente as edições mais recentes**

- BAUMAN, Zigmunt. Modernidade a ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: Obras Escolhidas. São Paulo: Brasiliense.
- Habermas, Jürgen. Direito e Democracia entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2 Volumes (Coleção Tempo Universitário n. 101).
- LUHMANN, Niklas. La Ciência de la Sociedad. México: Universidad Iberoamericana.
- LUHMANN, Niklas. Luhmann, Niklas. A improbabilidade da comunicação. Apresentação de João Pissarra. s/l: Veja / Passagens. José A. Bragança de Miranda (diretor da coleção).
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da razão. São Paulo: Cortez